MONITORAMENTO ELEITORAL



Boletim V

2026

opel
Observatório
Político e Eleitoral

Coordenação Geral

Josué Medeiros

Coordenação de Pesquisa

Kaique Camargo
Maria Carolina Barreto
Rennan Pimentel
Tamyres Ravache
Thaís Climaco

Diagramação e Identidade Visual

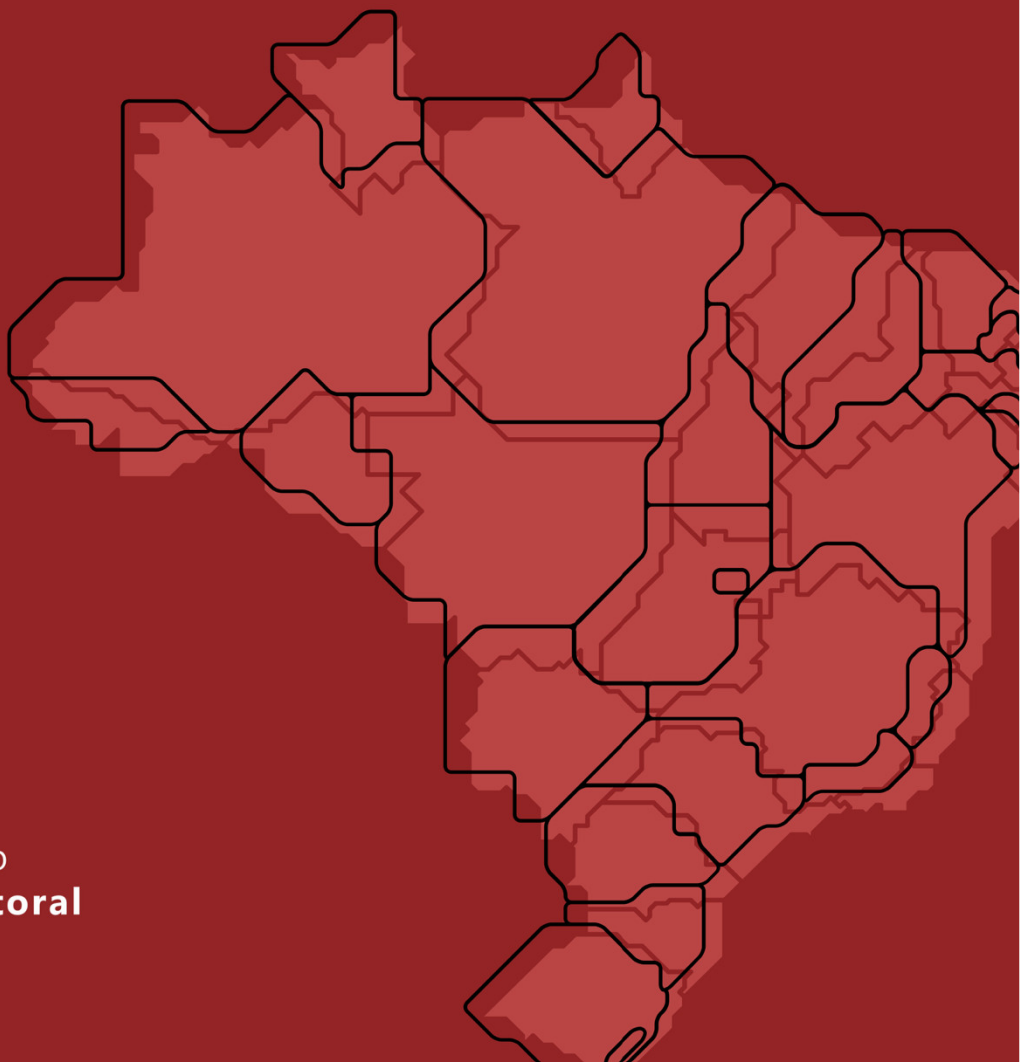
Rennan Pimentel

Comunicação e Redes Sociais

Alessandra Holanda

Autores

Ana Letícia Mariotti
Anna Júlia Ferreira
Amanda Nascimento
Eduarda Zuza
Esther Barros
João Athayde
Láiza Kinaipp
Lis Braz
Mariana Yang
Sabryna Grasielly



opel | Observatório **Político e Eleitoral**

ÍNDICE

01 EDITORIAL

02 O GOVERNO LULA 4 E A DISPUTA PELO FUTURO

06 REGIÃO NORTE

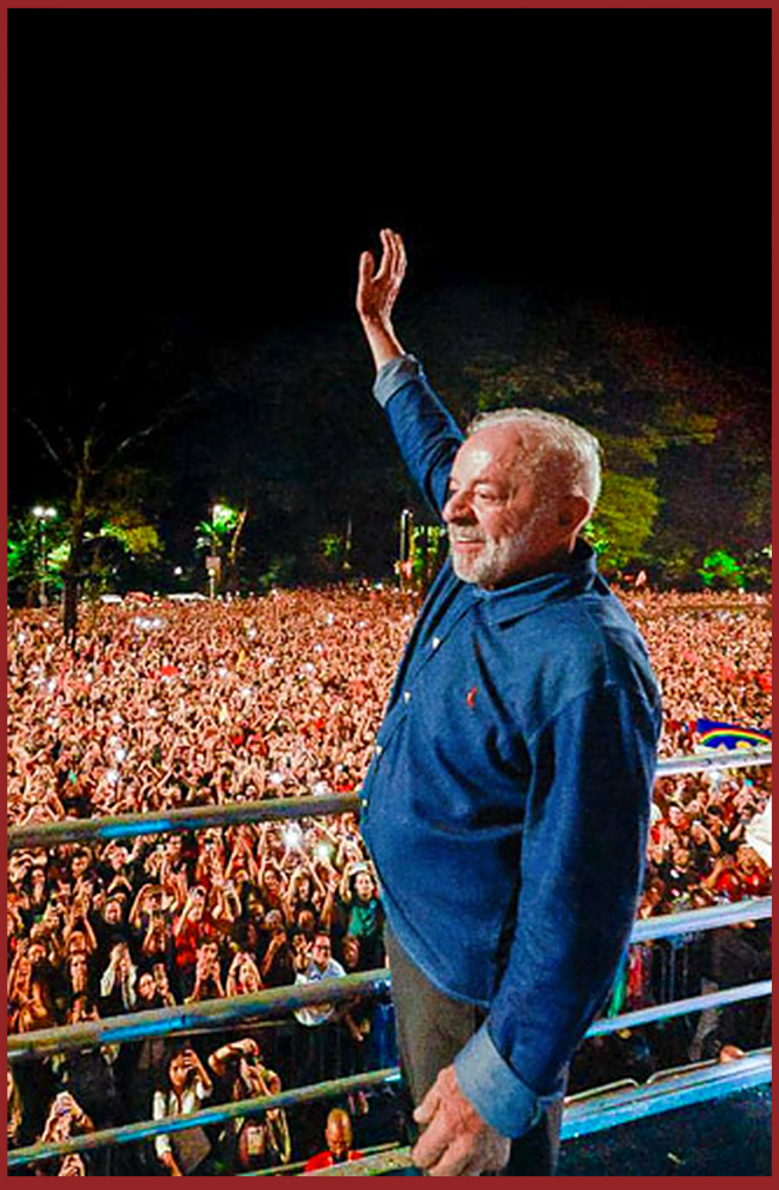
21 REGIÃO NORDESTE

44 REGIÃO CENTRO-OESTE

50 REGIÃO SUDESTE

70 REGIÃO SUL

EDITORIAL



Editorial

É com muita alegria que apresentamos a quinta edição do Monitoramento Eleitoral Nacional realizado pelo Observatório Político e Eleitoral (OPEL). Nessa última edição, nossas pesquisadoras e pesquisadores apresentam as perspectivas políticas de cada estado para o próximo ano, consolidando assim o acompanhamento das eleições de 2026.

Cada uma e cada um dos graduandos que fizeram essa pesquisa acompanharam a disputa eleitoral em todas as unidades da federação e apresentaram nos boletins anteriores as movimentações da pré-campanha e as pesquisas naquele momento; as estratégias durante a campanha propriamente dita e a evolução das intenções de voto, passando pelo desempenho das candidatas e candidatos em sabatinas, debates e nos programas de tv e rádio e nas redes sociais; o resultado do 1º turno, com um balanço do porquê as urnas se comportaram daquela maneira; o mesmo onde teve 2º turno; e, finalmente, a análise prospectiva desta edição.

Nossa satisfação em concluir essa jornada de pesquisa é enorme, apresentando um processo de aprendizado e produção do conhecimento que alcança todos os momentos de um processo eleitoral.

No próximo ano, vamos aprofundar os estudos do OPEL sobre democracia, desigualdades e eleições, nos preparando para o próximo ciclo eleitoral de 2028 e também para seguir contribuindo com a democracia brasileira com nossas pesquisas e nossa divulgação científica.

Obrigado, até a próxima e boa leitura!

O governo Lula 4 e a disputa pelo futuro

É um erro tratar as medidas econômicas de Lula após a virada histórica como estelionatálio eleitoral

Josué Medeiros[1]

Em 11 de novembro o governo Lula apresentou no Senado Federal um conjunto de medidas econômicas com o objetivo de adequar o orçamento federal dos próximos anos às metas de superávit primário previstas no arcabouço fical. Ato contínuo, setores da esquerda que se autodenomina "radical" começaram um debate nas redes sociais acusando o presidente reeleito de "traição" e de "estelionato eleitoral" por priorizar o ajuste fiscal e com isso descumprir as promessas de campanha que levaram a virada histórica do 2º turno de 2026.

Do ponto de vista político, é um grave erro caracterizar qualquer medida atual nessa chave da traição, do estelionatálio eleitoral e do não cumprimento de promessas. Conforme escrevi na ultima coluna, analisando a impactante vitória de Lula no 2º turno após sair perdendo no 1º turno, feito aliás inédito, afirmei que a grande batalha do quarto e último mandato do presidente é justamente entre o sentimento das ruas, das redes e das urnas por mais direitos e mais democracia versus a agenda do ajuste fiscal neoliberal defendida pelas elites econômicas e que, se for implementada, aumentará a descrença contra a democracia e terminará por fortalecer a extrema-direita.

Só que essa é uma disputa tipo maratona e não corrida de 100 metros e é fundamental não queimar a largada. Trata-se de preparar a sociedade para seguir ocupando as e redes de modo organizado e com foco na aprovação das medidas concretas que Lula precisará aprovar no Congresso a partir de 2027. Lembrando

[1] Cientista político, coordenador geral do OPEL e professor da UFRJ e da UFRRJ

que o contexto será ainda mais difícil diante o aumento da bancada da extrema-direita na Câmara e no Senado.

Portanto, a crítica ao chamado "Plano Moreti" de medidas orçamentárias e fiscais precisa estar enquadrada nesse contexto político. A suposta "radicalização" gasta mais energia interna no campo democrático do que prepara qualquer mobilização. As redes sociais foram dominadas por um debate internista em torno dessa temática do "estelionatálio eleitoral". O ápice disso foi a criação de um "exército da revolução brasileira" para competir com o Exército de Lula capitaneado por André Janones.

Em paralelo a essa precipitação dita radical, os movimentos sociais e partidos vêm organizando iniciativas de organização, mobilização e formulação política que alimentam e fortalecem a dinâmica de ativação das ruas e das redes que foi fundamental para a virada de Lula no 2º turno.

Por um lado, diversos movimentos e partidos tem convocado plenárias de filiação e organização a partir do sentimento que atravessou milhões de pessoas no 2º turno sobre a necessidade de um engajamento mais duradouro e constante de modo a enfrentar com mais qualidade os perigos representados pela extrema-direita.

O PT, por exemplo, anunicou no dia 13 de novembro uma convocação para novas adesões, com plenárias e processos de formação. O partido, aliás, declarou que em outubro mais de 13 mil pessoas se filiaram contra 3 mil em setembro, já no batida do 2º turno.

No mesmo sentido, o MTST lançou um processo de mobilização de novos militantes a partir da organização de Brigadas. Com a chamada "celular na mão e pé na rua", o movimento – em conjunto com outros segmentos do seu campo político – soltou um formulário nas redes que recebeu cerca de 10 mil inscrições para um calendário de plenárias de organização que começou em 14 de novembro. As plenárias ocorreram em 45 cidades e contaram com uma fala do ministro Guilherme Boulos, que fez uma leitura da vitória de Lula e dos desafios do próximo mandato do presidente. Outras plenárias ocorrerão para que as pessoas definem os setores e os temas que querem se organizar.

Por outro lado, o PT e outros partidos de esquerda estão preparando um conjunto de propostas econômicas para disputar os sentidos da reorganização

do orçamento brasileiro. Em vez de gastar energia acusando Lula de traição, essa iniciativa organiza e reforça teses históricas da esquerda – tais como a necessidade de tributar as grandes fortunas e os super ricos, bem como o lucro dos bancos – como forma de financiar a política social e o investimento em infraestrutura.

Esses duas tipos de iniciativa combinados – a organização em projetos coletivos das pessoas que se mobilizaram no 2º turno de 2026 e elaboração de propostas para disputar os rumos da economia brasileira – armam o campo democrático para a disputa política que se abrirá quando Lula escolher seu ministério e tomar posse para o seu quarto e último mandato.

Os atos de 20 de novembro, dia nacional da consciência negra, serão um excelente momento para a demonstração de unidade do campo democrático. Trata-se de celebrar a luta antirracista no Brasil e cobrar por mais direitos e recursos para o povo negro brasileiro, pois sem a superação do racismo não há democracia. Essas manifestações unificadas convocadas pelo movimento negro e pelos movimentos sociais são expressão da mesma energia social e política que tomou as ruas e redes e levou Lula a virada histórica no 2º turno de 2026.

REGIAO

NORTE



Teatro Amazonas, Manaus

Norte

Anna Júlia Ferreira[2]
Ana Letícia Mariotti[3]

Introdução

O presente boletim analisa como os resultados das eleições gerais de 2026 no Norte devem influenciar a relação dos estados com o governo federal a partir do próximo ano. A análise busca compreender como a nova configuração política e as alianças de governadores e senadores eleitos poderão pautar a relação do governo federal, identificando tendências de aproximação ou afastamento e os principais desafios do presidente Lula. O monitoramento aponta que os principais desafios estão no Senado Federal, com representantes à direita no Acre e em Roraima, que devem apresentar resistência e oposição ao governo Lula.

Os futuros chefes do Executivo precisarão negociar intensamente com Assembleias Legislativas fragmentadas ou dominadas por forças adversárias, além de manter um diálogo institucional pragmático com o Governo Federal para viabilizar o financiamento e a execução de projetos estratégicos.

Acre

A reeleição de Mailza Assis (PP) representa a vitória de um governo herdeiro do grupo político de Gladson Cameli. Mailza já era aliada de Cameli antes de chegar ao governo. Foi sua suplente no Senado, elegeu-se vice-governadora na chapa dele em 2022 e assumiu o Executivo em abril de 2026, após a renúncia dele. Apesar de Cameli ter ficado sem mandato eletivo pela primeira vez em 20 anos, seu grupo permanece bem consistente. A governadora

[2] Graduanda em Ciências Sociais (UERJ)
[3] Graduanda em Ciências Sociais (UFRRJ)

venceu o segundo turno com 66,21% dos votos válidos, derrotando Alan Rick (Republicanos), que obteve 33,79%. O resultado demonstra não apenas a força da máquina estadual e das alianças locais, mas também a capacidade de transferência de capital político do grupo governista.

A disputa presidencial revelou um espelhamento do eleitorado acreano. Flávio Bolsonaro venceu no estado com 66,57% dos votos, enquanto Lula alcançou 33,43%. Os números demonstram a predominância de um eleitorado conservador no estado e ajudam a explicar também a composição acreana no Senado. Márcio Bittar (PL) e Mara Rocha (Republicanos), alinhados com o campo da direita, conquistaram as duas vagas, fortalecendo uma bancada potencialmente crítica ao governo federal.

Apesar da relativa aproximação ideológica com o bolsonarismo, a relação entre o governo acreano e o governo federal tende a ser marcada pelo pragmatismo político. Após a eleição, Mailza Assis reafirmou o compromisso de estabelecer parcerias institucionais com o presidente Lula. Este será um ponto forte do seu governo, colocando as necessidades e prioridades do Estado acima das divergências ideológicas. O pragmatismo político se deve, portanto, à dependência do governo do Acre em relação a investimentos federais destinados à infraestrutura, à integração logística e às políticas de desenvolvimento regional.

O principal desafio político do presidente Lula provavelmente será lidar com as lideranças acreanas no Senado, compostas pela oposição. Os senadores Márcio Bittar (PL) e Mara Rocha (Republicanos) devem se somar às forças conservadoras no Congresso. Embora os parlamentares compartilhem posicionamentos críticos ao PT, a tendência é que adotem estratégias distintas. Enquanto Mara Rocha deve concentrar sua atuação em pautas regionais, de desenvolvimento e de interesse do Acre, sem deixar de ocupar um espaço oposicionista, Márcio Bittar deve exercer papel de enfrentamento direto ao governo Lula.

As manifestações de Bittar após a reeleição presidencial demonstram que o senador permanece crítico não apenas a medidas específicas do governo, mas ao próprio projeto político liderado pelo presidente. Ainda, ao questionar o resultado das eleições e, consequentemente, a vitória de Lula, Bittar sinalizou que deverá manter uma atuação fortemente alinhada ao campo bolsonarista,

contribuindo para a continuidade da oposição política entre a direita acreana e o governo federal. Nesse contexto, a relação do Acre com o governo Lula tende a ser marcada por uma combinação entre cooperação institucional no nível do governo estadual e resistência política por parte dos senadores eleitos.

Amazonas

A vitória de Omar Aziz (PSD) representa um resultado favorável ao governo Lula na Região Norte em relação ao Acre e ao Amazonas. Aziz foi eleito governador com 61,42% dos votos válidos onde Lula também saiu vitorioso na disputa presidencial no estado, obtendo 54,02% dos votos contra 45,98% de Flávio Bolsonaro.

Também há ambiente político receptivo ao governo federal no Amazonas, pois o cenário amazonense também se diferencia pela capacidade de construção de alianças que ultrapassam as divisões da polarização nacional. Durante a campanha, Omar Aziz consolidou apoios de lideranças com diferentes posicionamentos ideológicos, entre elas o senador Plínio Valério (PSDB). Esse apoio demonstra o pragmatismo que pauta os interesses regionais que podem se sobrepor às disputas ideológicas.

O senador Valério, que foi reeleito com 24,70% dos votos, possui posições críticas ao PT e deve compor uma relativa oposição ao governo no Congresso, pois, em votações nominais comparáveis no ano de 2026, o senador votou com o governo em 87%[4] das matérias legislativas. O senador Eduardo Braga (MDB), aliado de Lula e uma das principais lideranças do Amazonas, votou 100%[5] conforme orientação do governo neste ano. 2027 pode repetir esse cenário.

Eduardo Braga está ainda ao lado de Omar Aziz, aliança que pode facilitar o diálogo entre o estado e o governo federal. Dessa forma, os possíveis apoios de partidos da direita em determinadas pautas, mas sobretudo o alinhamento mais evidente com o Centrão, deve se refletir em uma articulação mais próxima com o governo federal.

[4] MEUS REPRESENTANTES. *Plínio Valério*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://meusrepresentantes.com.br/pessoas/plinio-valerio#senado. Acesso em: 12 nov. 2026.

[5] MEUS REPRESENTANTES. *Eduardo Braga*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://meusrepresentantes.com.br/pessoas/eduardo-braga#senado. Acesso em: 12 nov. 2026.

A agenda de políticas públicas, como a defesa da Zona Franca de Manaus, os investimentos em infraestrutura, a preservação ambiental, o combate às queimadas, o enfrentamento do garimpo ilegal e as políticas de desenvolvimento sustentável devem ocupar posição central na agenda compartilhada entre o governo estadual e o governo federal.

No estado, o principal desafio do governo Lula deve ser atrair o interesse da direita tradicional e explorar as alianças locais representadas por partidos do Centrão, obtidas nas eleições de 2026 para seguir garantindo apoio. Embora haja divergências em temas econômicos e ambientais, o estado tende a manter, em geral, uma relação cooperativa com o governo federal nos próximos anos.

Roraima

A vitória de Arthur Henrique (PL) em Roraima revela uma potencial tensão política em relação ao quarto governo Lula. Eleito ainda no primeiro turno com 69,13% dos votos válidos, Arthur assume o governo respaldado por uma ampla base de apoio conservadora e por um eleitorado que também concedeu expressiva vitória a Flávio Bolsonaro na disputa presidencial. No segundo turno, o candidato do PL obteve 72,46% dos votos no estado, enquanto Lula recebeu apenas 27,54%, evidenciando a forte presença do bolsonarismo no cenário político local.

A composição da bancada federal reforça mais esse quadro. A eleição de Nicoletti (PL) para o Senado fortalece a presença de lideranças identificadas com o campo conservador e amplia as possibilidades de articulação política entre o governo estadual e setores da oposição ao governo federal. Durante a campanha presidencial, Nicoletti manifestou apoio a Flávio Bolsonaro e justificou seu posicionamento a partir de críticas ao PT e ao Supremo Tribunal Federal, sinalizando que deverá manter uma postura crítica em relação ao governo Lula ao longo do mandato.

Além da afinidade ideológica entre o governador eleito e parte da bancada federal, algumas das principais pautas da política no estado tendem a produzir divergências com o governo federal. Questões relacionadas ao garimpo, à exploração econômica da Amazônia, à regularização fundiária e às terras indígenas ocupam posição central no debate político local e frequentemente

entram em choque com as diretrizes defendidas pelo governo Lula. Durante a campanha, Arthur Henrique também buscou dialogar com segmentos favoráveis à ampliação da exploração econômica do território estadual, o que sugere possíveis pontos de conflito em temas ambientais e indígenas.

A eleição de Teresa Surita (MDB) para o Senado acrescenta uma dinâmica importante ao cenário político de Roraima. Apesar do predomínio de forças conservadoras no estado, a trajetória da senadora é marcada pelo diálogo institucional e pela experiência administrativa, o que pode favorecer a interlocução entre Roraima e o governo federal em pautas de interesse estadual.

Embora possam surgir tensões entre o governo estadual e Brasília, a importância da defesa da fronteira e da gestão migratória torna necessária a manutenção de alinhamentos entre Roraima e o governo federal.

O principal desafio de Lula em Roraima será a oposição representada pelo PL e que conta com o apoio de um eleitorado majoritariamente conservador. Por isso, a tendência é que a relação entre o estado e o governo federal combine momentos de cooperação e de conflito. Roraima deve seguir como um dos estados da Região Norte com potencial para embates com Brasília, especialmente em temas como meio ambiente, terras indígenas e exploração econômica da Amazônia.

Amapá

A eleição no Amapá confirmou a força política de Dr. Furlan (PSD), que venceu no primeiro turno com 62,75% dos votos válidos. O resultado foi expressivo tanto na capital, Macapá, onde alcançou 65,54%, quanto em municípios do interior, como Oiapoque (65,70%), Calçoene (71,72%) e Ferreira Gomes (66,25%). Essa distribuição indica que sua candidatura conseguiu ultrapassar os limites da capital e construir uma presença eleitoral ampla no estado. Ao mesmo tempo, a votação presidencial mostrou que o eleitorado amapaense não se comportou de maneira uniforme: Lula venceu no estado, mas Furlan recebeu uma votação expressiva para o governo. Isso demonstra que a escolha estadual não foi apenas um reflexo automático da polarização nacional.

A eleição também fortaleceu o grupo político de Furlan, que conseguiu eleger Rayssa Furlan (Podemos) e Lucas Barreto (PSD) para o Senado. Entretanto,

a composição da Assembleia Legislativa apresenta um cenário que exige maior capacidade de articulação. União Brasil e Republicanos conquistaram as maiores bancadas, com cinco deputados estaduais cada. O PDT elegeu três parlamentares, enquanto Podemos, MDB, Rede e PSD ficaram com duas cadeiras cada. PL, PP e PT elegeram um deputado cada. Portanto, embora Furlan tenha chegado ao governo com uma votação expressiva, os partidos de sua coligação PSD, Podemos, PL e Novo não possuem, isoladamente, maioria na Assembleia.

Esse cenário significa que a relação com a Assembleia será um dos pontos importantes para a implementação de seu programa de governo. Com a confirmada criação do Fundo Soberano, será necessário atenção especial porque envolve uma discussão que ultrapassa a administração cotidiana do Executivo. Será necessário estabelecer regras de governança, transparência e utilização dos recursos, além de construir apoio legislativo para eventuais mudanças normativas.

O resultado presidencial, com vitória de Lula no Amapá, também demonstra que existe espaço para uma articulação que não precisa reproduzir integralmente as divisões partidárias nacionais. Furlan, do PSD, poderá buscar parcerias com o Governo Federal em áreas como saúde, habitação, infraestrutura e desenvolvimento regional. Entretanto, essa aproximação dependerá de negociações concretas, apresentação de projetos e disponibilidade orçamentária da União. A eleição de Lucas Barreto e Rayssa Furlan para o Senado também oferece ao futuro governo dois interlocutores políticos importantes para a defesa de demandas estaduais em Brasília.

Assim, a perspectiva inicial é de um governo com forte legitimidade eleitoral, mas que precisará transformar esse capital político em uma base parlamentar mais ampla. A principal dificuldade não parece estar na ausência de força eleitoral, mas na necessidade de construir acordos com partidos que possuem representação expressiva na Assembleia. O desempenho de Furlan dependerá da capacidade de combinar articulação legislativa, cooperação federativa e execução das propostas apresentadas durante a campanha.

Pará

No Pará, Dr. Daniel (Podemos) venceu no primeiro turno com 51,37% dos votos válidos, superando Hana Ghassan (MDB), representante do grupo político ligado ao então governador Helder Barbalho. A votação de Daniel em Ananindeua, município onde foi prefeito, chegou a 68,57%, enquanto em Belém alcançou 47,65%.

Entretanto, a distribuição territorial dos votos também demonstra que sua vitória não deve ser interpretada apenas como uma continuidade das forças políticas que já comandavam o estado. Na Assembleia Legislativa, o MDB conquistou a maior bancada, com 13 das 41 cadeiras. O PL aparece em segundo lugar, com sete deputados, enquanto Podemos, PSD, PT e União Brasil elegeram três parlamentares cada. O resultado é relevante porque Dr. Daniel venceu justamente a candidatura apoiada pelo grupo do MDB, mas terá de governar diante de uma Assembleia na qual o partido adversário continua sendo a maior força individual.

A eleição presidencial revelou outra divisão territorial relevante: Lula venceu em Belém e Ananindeua, enquanto Flávio Bolsonaro foi o mais votado em municípios como Santarém, Marabá e Parauapebas. Isso mostra que a polarização nacional atravessou o estado, mas não determinou sozinha a escolha para governador.

Por outro lado, o governador eleito não chega sem representação parlamentar. Sua coligação reuniu Podemos, PL, DC, Novo, PRD e Solidariedade. O PL, com sete deputados, e o Podemos, com três, constituem uma base partidária inicial importante. Ainda assim, esses números não garantem maioria automática, de modo que a negociação com outras siglas será necessária para aprovar projetos de maior alcance e organizar a votação do orçamento estadual.

A relação com o Governo Federal também merece atenção. A agenda de bioeconomia, infraestrutura e desenvolvimento regional possui possibilidades de convergência com políticas federais para a Amazônia. Por outro lado, a execução de propostas como a ampliação de bases fluviais e o fortalecimento da segurança nas divisas exige integração com órgãos federais, como as forças de segurança e instituições responsáveis pela fiscalização territorial. Portanto, mesmo com uma

bancada partidária relevante, a capacidade de execução do governo dependerá de acordos políticos e institucionais que ultrapassam os limites estaduais.

Dessa maneira, Dr. Daniel inicia o mandato com uma base parlamentar de partida, mas diante de um Legislativo no qual o MDB continua sendo a maior força individual. Sua governabilidade dependerá da capacidade de ampliar os apoios, estabelecer uma relação institucional com o grupo político de Helder Barbalho e transformar as propostas de modernização administrativa, saúde regionalizada e bioeconomia em políticas efetivamente financiadas e executadas.

Rondônia

Em Rondônia, Marcos Rogério (PL) foi eleito governador no primeiro turno, com 56,86% dos votos válidos. Sua votação foi forte em diversos municípios do interior, como Ariquemes (72,97%), Ji-Paraná (63,16%) e Vilhena (68,28%). Em Porto Velho, capital e maior colégio eleitoral, também ficou na primeira posição, com 48,67%. A distribuição dos votos mostra que sua candidatura conseguiu combinar apoio na capital com uma presença expressiva em municípios de diferentes regiões do estado.

A eleição presidencial também apresentou uma inclinação diferente da observada em outros estados: Flávio Bolsonaro venceu em todos os principais municípios apresentados na apuração, com percentuais elevados em cidades como Ariquemes e Vilhena. Esse contexto ajuda a compreender a força eleitoral do campo conservador em Rondônia, embora não permita atribuir todos os votos de Marcos Rogério exclusivamente à identificação ideológica.

A composição da Assembleia Legislativa oferece ao governador eleito uma condição política inicialmente favorável. O PL conquistou sete das 24 cadeiras, formando a maior bancada da Casa. PSD e PRD elegeram três deputados cada, enquanto PP, PT, Novo, Republicanos e Avante ficaram com duas cadeiras cada. O Podemos elegeu um parlamentar.

Além da bancada do próprio partido, Marcos Rogério contou com uma coligação formada por PL, Podemos, DC, Novo e Mobiliza. Considerando os resultados legislativos, PL, Novo e Podemos somam dez deputados estaduais. Isso oferece uma base inicial de apoio, embora ainda seja insuficiente para garantir maioria absoluta na Assembleia, que possui 24 parlamentares. A

presença de partidos como PSD e PRD, que também conquistaram representação expressiva, será importante para a construção de acordos legislativos.

Porém, Marcos Rogério é integrante do PL, partido oposição ao governo Lula no plano nacional. Ainda assim, a execução de projetos de infraestrutura, como a criação da Secretaria de Infraestrutura e Logística e segurança, como o Departamento de Combate às Facções Criminosas, exigirá interlocução institucional com Brasília, independentemente das diferenças partidárias.

Portanto, Marcos Rogério inicia o mandato em uma posição relativamente favorável na relação com a Assembleia Legislativa, especialmente pela presença de sete deputados do PL e de outros partidos que integraram sua coligação. A principal questão não será simplesmente conseguir aprovar projetos, mas garantir que as medidas tenham financiamento, capacidade administrativa e cooperação federativa.

Tocantins

O Tocantins teve uma das mudanças mais marcantes entre os estados analisados. Depois de terminar o primeiro turno atrás de Professora Dorinha (União Brasil), Vicentinho Júnior (PSDB) venceu o segundo turno com 64,52% dos votos válidos, totalizando 562.083 votos. Dorinha recebeu 35,48%.

A mudança no resultado entre os turnos também foi acompanhada por uma reorganização dos apoios políticos. Vicentinho recebeu o apoio de Laurez Moreira, candidato que havia disputado o primeiro turno e que tinha sido identificado com o campo político do presidente Lula. O governador eleito também contou com o apoio de diferentes lideranças durante a segunda etapa, ampliando sua capacidade de articulação para além da coligação original.

A Assembleia Legislativa eleita apresenta uma composição plural. Republicanos e PL conquistaram cinco cadeiras cada, enquanto MDB e União Brasil elegeram três deputados cada. PSDB e Podemos ficaram com duas cadeiras cada, e PSD, PV, PCdoB e PRD elegeram um parlamentar cada. Nesse cenário, os partidos da coligação original de Vicentinho, PSDB, MDB e Cidadania, possuem cinco representantes eleitos, considerando as duas cadeiras do PSDB e as três do MDB.

Isso significa que Vicentinho não terá maioria automática na Assembleia Legislativa, mas também não começa o mandato em uma posição isolada. A presença de Amélio Cayres (MDB) como vice governador representa um elemento importante para a articulação com o Legislativo, especialmente porque o MDB possui três parlamentares eleitos. Além disso, a construção de apoios durante o segundo turno pode facilitar o diálogo com lideranças de outras siglas.

A relação com o Republicanos e o PL merece atenção particular, uma vez que ambos possuem as maiores bancadas da Casa. Embora essas siglas tenham apoiado a candidatura de Professora Dorinha no segundo turno, isso não significa que necessariamente formarão um bloco de oposição permanente. A composição das alianças legislativas dependerá das negociações sobre cargos, orçamento, prioridades administrativas e projetos apresentados pelo novo Executivo.

A execução de projetos pensados pelo governador eleito também dependerá da relação com o Governo Federal. Na infraestrutura, o próprio plano de Vicentinho prevê a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, financiamentos do BNDES, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial, além de receitas da mineração e parcerias público-privadas. Isso demonstra que a agenda de investimentos não depende exclusivamente do orçamento estadual. Será necessário negociar financiamentos, apresentar projetos tecnicamente viáveis e estabelecer parcerias institucionais.

Assim, a principal questão para o governo de Vicentinho será transformar a ampla vitória no segundo turno em uma base política estável. A saúde deverá concentrar boa parte dos esforços iniciais, tanto pela necessidade de reorganizar a rede hospitalar quanto pelo compromisso assumido de reduzir a superlotação e ampliar os atendimentos regionais. Ao mesmo tempo, a execução dos projetos de educação, infraestrutura e desenvolvimento mineral dependerá de negociações legislativas e da capacidade de atrair recursos externos. A composição plural da Assembleia não impede a aprovação dessas medidas, mas torna a negociação política uma condição permanente para a governabilidade.

Considerações finais

O boletim identificou que apenas o estado do Amazonas possui uma abertura mais evidente para articulação com o governo federal em 2027, do governo ao legislativo: Omar Aziz e Eduardo Braga devem facilitar a cooperação com Lula, enquanto Plínio Valério deve apoiar o governo em pautas específicas. No Acre, Mailza Assis é pragmática, sinalizando alguma disposição para estabelecer diálogo com a União, enquanto Márcio Bittar e Mara Rocha devem formar a oposição no Senado. Em Roraima, a oposição ao governo é ainda mais importante. Arthur Henrique é um severo crítico do governo Lula, enquanto o senador Nicoletti deverá ratificar a oposição. O ponto de alívio será a senadora Teresa Surita, representante do Centrão, que tende a manter o diálogo aberto com a agenda do governo. No entanto, há ressalvas em relação a pautas como o garimpo e a exploração de terras indígenas e segurança da fronteira.

A direita obteve um saldo positivo no Acre e em Roraima, e isso deve impor desafios à agenda governamental, exigindo articulação política para garantir governabilidade. Nesse contexto, os desafios e oportunidades dos próximos anos dependerão não apenas das disputas políticas locais, mas também da capacidade de diálogo e articulação no âmbito do governo federal: os governadores eleitos devem realizar a interlocução com a União para viabilizar investimentos em políticas públicas nos estados. Mas, no Senado, a articulação dependerá de acordos por pauta, sobretudo quando as prioridades partidárias entrarem em conflito com as prioridades do governo federal.

Amapá, Pará, Rondônia e Tocantins mostram cenários distintos, que exigirá forte articulação política. Enquanto Marcos Rogério (RO) terá base favorável, Dr. Furlan (AP), Dr. Daniel (PA) e Vicentinho Júnior (TO) precisaram negociar intensamente com as suas respectivas Assembleias.

Um desafio une todo os eleitos: a dependência da União. Mesmo para governadores fora da base presidencial, o diálogo com o Governo Federal será decisivo para financiar projetos vitais de seus mandatos.

Referências

AC24HORAS. **Calixto aconselha Mailza: "Não transforme o governo em feudos políticos"**. Rio Branco, 10 nov. 2026. Disponível em: https://ac24horas.com/2026/11/10/calixto-aconselha-mailza-nao-transforme-o-governo-em-feudos-politicos/. Acesso em: 10 nov. 2026.

AMAZONAS ATUAL. **Braga avalia como o governo Lula terá que atuar com o novo Congresso**. Manaus, 2026a. Disponível em: https://amazonasatual.com.br/braga-avalia-como-o-governo-lula-tera-que-atuar-com-o-novo-congresso/. Acesso em: 10 nov. 2026.

AMAZONAS ATUAL. **Satisfação com a democracia supera insatisfação após reeleição do presidente Lula**. Manaus, 2026b. Disponível em: https://amazonasatual.com.br/satisfacao-com-a-democracia-supera-insatisfacao-apos-reeleicao-do-presidente-lula/. Acesso em: 10 nov. 2026.

BRASIL 247. **Reeleita no Acre, Mailza Assis afirma que buscará parcerias com Lula**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://www.brasil247.com/brasil/reeleita-no-acre-mailza-assis-afirma-que-buscara-parcerias-com-lula/. Acesso em: 10 nov. 2026.

ESTADO POLÍTICO. **Omar Aziz articula emendas para 2027 e anuncia reunião com Lula para discutir situação do AM**. Manaus, 2026. Disponível em: https://www.estadopolitico.com.br/omar-aziz-articula-emendas-para-2027-e-anuncia-reuniao-com-lula-para-discutir-situacao-do-am/. Acesso em: 10 nov. 2026.

FOLHA BV. **Arthur Henrique anuncia Felikis Menezes como secretário de obras do futuro governo**. Boa Vista, 2026a. Disponível em: https://www.folhabv.com.br/politica/arthur-henrique-anuncia-felikis-menezes-como-secretario-de-obras-do-futuro-governo/. Acesso em: 10 nov. 2026.

FOLHA BV. **Nicoletti cita insatisfação popular com o PT e o STF ao justificar apoio a Flávio Bolsonaro**. Boa Vista, 2026b. Disponível em: https://www.folhabv.com.br/politica/nicoletti-cita-insatisfacao-popular-do-pt-e-do-stf-ao-justificar-apoio-a-flavio-bolsonaro/. Acesso em: 10 nov. 2026.

GAZETA DO ACRE. **Márcio Bittar questiona reeleição de Lula, mas diz não ter provas de fraude: "Não vou inventar aquilo que não posso provar"**. Rio Branco, 2026. Disponível em: https://agazetadoacre.com/2026/10/noticias/politica/marcio-bittar-questiona-reeleicao-de-lula-mas-diz-nao-ter-provas-de-fraude-nao-vou-inventar-aquilo-que-nao-posso-provar/. Acesso em: 10 nov. 2026.

MEUS REPRESENTANTES. **Eduardo Braga**. [S. l.], [s. d.]a. Disponível em: https://meusrepresentantes.com.br/pessoas/eduardo-braga. Acesso em: 12 nov. 2026.

MEUS REPRESENTANTES. **Plínio Valério**. [S. l.], [s. d.]b. Disponível em: https://meusrepresentantes.com.br/pessoas/plinio-valerio. Acesso em: 12 nov. 2026.

NEXO JORNAL. **Amazonas, eleições de 2026 e o eleitorado indígena**. São Paulo, 14 ago. 2026a. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/debate/2026/08/14/amazonas-eleicoes-2026-candidatos-eleitorado-indigena. Acesso em: 10 nov. 2026.

NEXO JORNAL. **Arthur Henrique e a disputa pelo governo de Roraima nas eleições de 2026**. São Paulo, 14 ago. 2026b. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/debate/2026/08/14/arthur-henrique-roraima-pesquisa-governador-eleicoes-2026. Acesso em: 10 nov. 2026.

NEXO JORNAL. **Arthur Henrique, garimpo e terras indígenas em Roraima**. São Paulo, 21 out. 2026c. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/debate/2026/10/21/arthur-henrique-roraima-governador-garimpo-terras-indigenas. Acesso em: 10 nov. 2026.

NEXO JORNAL. **Queimadas na Amazônia: o debate entre os governos Bolsonaro e Lula**. São Paulo, 14 out. 2026d. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2026/10/14/queimadas-amazonia-desmatamento-governo-bolsonaro-e-lula. Acesso em: 10 nov. 2026.

PORTAL O PODER. **Plínio Valério sobe no palanque de Omar e Lula e escancara união com a esquerda no Amazonas**. Manaus, 15 set. 2026. Disponível em: https://portalopoder.com.br/2026/09/15/plinio-valerio-sobe-no-palanque-de-omar-e-lula-e-escancara-uniao-com-a-esquerda-no-amazonas/. Acesso em: 10 nov. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Em Roraima, Arthur Henrique (PL) é o novo governador do estado**. Brasília, DF, out. 2026a. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/em-roraima-arthur-henrique-pl-e-o-novo-governador-do-estado. Acesso em: 10 nov. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultados das Eleições 2026**. Brasília, DF, 2026b. Disponível em: https://resultados.tse.jus.br/. Acesso em: 10 nov. 2026.

VERÔ NOTÍCIAS. **Eduardo Braga apoia Lula e defende adesão de dez diretórios do MDB**. Manaus, 2026. Disponível em: https://veronoticias.com/politica/eduardo-braga-apoia-lula-e-defende-adesao-de-dez-diretorios-do-mdb/. Acesso em: 10 nov. 2026.

G1. Vicentinho Júnior (PSDB) vence o 2º turno e é eleito governador do Tocantins. **Disponível em:** https://g1.globo.com/to/tocantins/eleicoes/2026/noticia/2026/10/25/vicentinho-junior-psdb-vence-o-segundo-turno-e-e-eleito-governador-do-tocantins.ghtml

G1. Eleições 2026: Entre promessas e transição, entenda desafios de Dr. Daniel nos próximos 4 anos no governo do Pará. **Disponível em:** https://g1.globo.com/pa/para/eleicoes/2026/noticia/2026/10/05/eleicoes-2026-entre-promessas-e-transicao-entenda-desafios-de-dr-daniel-nos-proximos-4-anos-no-governo-do-para.ghtml

FOLHA DE S. PAULO. Eleições 2026: Apuração para governador de Rondônia. **Disponível em:** https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2026/apuracao/1turno/ro/

G1. Amapá (AP): como foi a votação no 1º turno em 2026. **Disponível em:** https://g1.globo.com/ap/amapa/eleicoes/2026/noticia/2026/10/05/resultado-das-eleicoes-2026-em-amapa-ap-como-foi-a-votacao-no-1o-turno.ghtml

FOLHA DE S. PAULO. Apuração do 1º turno para deputado estadual no Amapá. **Disponível em:** https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2026/apuracao/1turno/ap/deputado-estadual.shtml

JOVEM PAN. PL elege seis governadores e lidera ranking por partido; veja a lista completa. **Disponível em:** https://jovempan.com.br/politica/pl-lidera-ranking-governadores-eleitos-por-partido-2026/

G1. Veja quem são os governadores eleitos em 2026. **Disponível em:** https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/10/26/quem-sao-governadores-eleitos-em-2026.ghtml

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA. TRE-RO divulga balanço do segundo turno das Eleições 2026. **Disponível em:** https://www.tre-ro.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/tre-ro-divulga-balanco-do-segundo-turno-das-eleicoes-2026

REGIAO

NORDESTE



Marco Zero, Recife

Nordeste

Amanda Nascimento[6]
Eduarda Zuza[7]
Esther Barros[8]

Introdução

As eleições de 2026 no Nordeste revelaram um cenário de continuidade política em grande parte dos estados, mas também de mudanças importantes na configuração das forças regionais. O PT reafirmou sua força eleitoral, com as reeleições de Jerônimo Rodrigues na Bahia, Rafael Fonteles no Piauí e Elmano de Freitas no Ceará, além da vitória de Cadu de Lula no Rio Grande do Norte. Na Paraíba e em Sergipe, a reeleição de Lucas Ribeiro (PP) e Fábio Mitidieri (PSD) também assegurou a continuidade de coalizões alinhadas ao governo federal. Em contrapartida, as vitórias de Eduardo Braide (PSD), no Maranhão, e JHC (PSDB), em Alagoas, alteraram a correlação de forças estaduais, enquanto Raquel Lyra (PSD) consolidou sua posição em Pernambuco. Apesar dessas diferenças, a expressiva votação de Lula nos nove estados reforçou a força eleitoral do presidente na região, mesmo onde prevaleceram candidaturas estaduais de outros campos políticos. Para 2027, os principais desafios envolvem a formação das bases parlamentares, a reorganização das oposições e as relações entre os governos estaduais e federal, em um cenário que já aponta para as disputas sucessórias de 2028 e 2030.

[6] Graduanda em Ciências Sociais (UFRJ)
[7] Graduanda em Ciências Sociais (UERJ)
[8] Graduanda em Administração (UFRJ)

Alagoas

A eleição para governador de 2026 em Alagoas foi marcada pela vitória de João Henrique Caldas (JHC), do PSDB, que conquistou o governo estadual no primeiro turno, com 52,20% dos votos válidos, superando Renan Filho (MDB), que recebeu 47,37%. O resultado representou uma mudança no comando político do estado e uma derrota importante para o grupo liderado pela família Calheiros, que buscava retornar ao governo estadual. A vitória de JHC também demonstrou sua capacidade de ampliar a influência política construída durante sua gestão na Prefeitura de Maceió, além de consolidar a aliança com Arthur Lira (PP), uma das principais lideranças políticas de Alagoas.

Para 2027, a hipótese é que a relação entre o novo governo estadual e o presidente Lula (PT) deve ser marcada pela superação de divergências políticas e cooperação institucional. Durante a campanha, JHC reuniu partidos de diferentes posições ideológicas, incluindo PSDB, PP, União Brasil e PL, recebendo também apoio direto do candidato derrotado Flávio Bolsonaro. Apesar dessa composição, o governador eleito evitou declarar apoio formal a um dos candidatos no segundo turno presidencial e, após a reeleição de Lula, defendeu publicamente o diálogo entre os governos. Esse posicionamento indica uma possível estratégia de aproximação pragmática com o governo federal, principalmente para garantir investimentos e recursos destinados ao estado.

Essa relação também deverá ser influenciada pela presença de Arthur Lira (PP) e Marina JHC (PSDB) no Senado Federal. Ambos foram eleitos em 2026, com 28,87% e 28,20% dos votos válidos, respectivamente, fortalecendo a representação política do grupo vencedor na Casa do Senado Federal. A eleição de Marina, esposa do governador eleito, amplia a presença da família Caldas nas instituições políticas, enquanto Lira poderá desempenhar um papel importante na articulação entre o governo estadual, o Congresso Nacional e o Executivo federal. Entretanto, a relação de Lira com o governo Lula é incerta. Portanto deve continuar condicionada às negociações políticas e aos interesses de sua base partidária.

Um dos principais desafios de JHC será administrar a relação com o MDB, que, apesar da derrota eleitoral, continuará detendo capital político relevante em Alagoas. Renan Filho, ex-governador e ex-ministro dos Transportes, possui uma

trajetória de proximidade com Lula, enquanto a família Calheiros possui influência histórica na política estadual. Dessa forma, a disputa entre os grupos de JHC e dos Calheiros poderá afetar a relação com o governo. No entanto, a conjuntura política alagoana será influenciada pela necessidade de angariar recursos financeiros e políticos em negociações por recursos federais, na atuação parlamentar e na construção de alianças para os próximos anos.

Outro aspecto importante é a diferença entre os resultados das eleições estadual e presidencial. Embora JHC tenha derrotado o candidato apoiado por Lula, o presidente foi reeleito obteve 60,77% dos votos válidos em Alagoas, contra 39,23% de Flávio Bolsonaro (PL). Além disso, Lula venceu em 22 dos 31 municípios onde JHC havia conquistado a maioria dos votos na disputa pelo governo. Esses resultados demonstram que a vitória do PSDB no estado não significou necessariamente uma rejeição ao governo federal, indicando que parte do eleitorado adotou escolhas diferentes nas disputas estadual e nacional. Essa característica poderá incentivar JHC a evitar um alinhamento rígido à oposição nacional.

Mesmo em um cenário incerto, uma relação cooperativa com o governo federal é fundamental e deve ser a mais provável, tendo em vista a necessidade de execução de projetos nas áreas de mobilidade, saneamento, saúde e desenvolvimento econômico no estado. Ao mesmo tempo, JHC precisará enfrentar as expectativas criadas por sua vitória e construir uma base de sustentação política capaz de garantir a aprovação de suas propostas na Assembleia Legislativa.

Portanto, o cenário de projeção a partir de 2027 em Alagoas deve ser marcado por uma relação pragmática entre o governo estadual e o governo Lula, mesmo diante das divergências eleitorais e da rivalidade entre os principais grupos políticos do estado. A continuidade da influência política dos Calheiros e a expressiva votação de Lula demonstram que o estado continuará marcado pela competição entre diferentes lideranças. Nesse contexto, a capacidade de JHC de conciliar seus compromissos políticos com a necessidade de cooperação federativa será determinante para a governabilidade e para os rumos de Alagoas em 2027.

Bahia

Jerônimo Rodrigues (PT), primeiro governador indígena da história brasileira, foi reeleito na Bahia com 55,80% dos votos válidos, ainda no primeiro turno. Sua campanha foi marcada pela proximidade com Lula (PT) e outras lideranças aliadas, pela apresentação de propostas e pelo contato direto com o eleitorado. Antes de assumir o governo estadual, Jerônimo atuou como professor universitário, secretário da Educação e de Desenvolvimento Rural da Bahia, secretário nacional de Desenvolvimento Territorial e assessor da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado. Sua trajetória administrativa, somada à experiência do primeiro mandato, contribuiu para sustentar sua candidatura à reeleição.

Durante a campanha, Jerônimo contou com o apoio dos ex-governadores Jaques Wagner (PT) e Rui Costa (PT), ambos eleitos para o Senado em 2026. Lideranças históricas do partido na Bahia, Wagner e Rui exerceram dois mandatos como governadores e também participaram de administrações federais, incluindo o governo Dilma Rousseff. Suas trajetórias políticas e a presença na campanha reforçaram a articulação do grupo petista no estado.

A continuidade dos governos petistas na Bahia também está associada aos resultados de suas administrações. Durante o governo de Jaques Wagner (2007–2014), foram gerados quase 230 mil empregos entre janeiro de 2007 e maio de 2010. Na gestão de Rui Costa (2015–2022), destacaram-se a construção de nove hospitais e 30 policlínicas regionais. Já no primeiro mandato de Jerônimo Rodrigues, houve redução das mortes violentas, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

Apesar desses resultados, o primeiro mandato de Jerônimo também apresentou compromissos ainda não concluídos. Segundo levantamento publicado pelo G1 em 22 de julho de 2026, das 92 promessas de campanha monitoradas, 33 haviam sido cumpridas integralmente, 37 parcialmente e 22 permaneciam sem cumprimento.

Em entrevista à Rádio Piatã, em 27 de outubro de 2026, Jerônimo afirmou que pretende evitar a acomodação após a reeleição e manter o ritmo de execução das ações governamentais. O governador também destacou a importância do

diálogo com os partidos de sua base para a continuidade de projetos estratégicos no estado.

O segundo mandato enfrentará desafios em cinco áreas principais: segurança pública, saúde, desemprego, pobreza e informalidade, educação e conflitos agrários. A segurança pública, em particular, esteve entre os temas mais debatidos durante a campanha, sendo frequentemente explorada por ACM Neto (União Brasil), principal adversário de Jerônimo. O ex-candidato também passou a enfrentar repercussões políticas relacionadas à Operação Overclean, investigação da Polícia Federal sobre suspeitas de fraudes em licitações públicas e desvios de recursos. As apurações mencionam movimentações de aproximadamente R$ 1,4 bilhão e suspeitas relacionadas ao transporte de valores entre São Paulo e Salvador. As investigações e suas possíveis implicações para ACM Neto acrescentam dificuldades à sua trajetória política, embora as suspeitas devam ser distinguidas de responsabilidades definitivamente comprovadas.

Outra controvérsia envolveu o prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), aliado de ACM Neto. Em 25 de outubro, durante o segundo turno presidencial, o prefeito reduziu a circulação de ônibus do transporte público, justificando a decisão pela identificação de propaganda eleitoral irregular em veículos com adesivos de Lula. Tanto Bruno Reis quanto ACM Neto declararam apoio a Flávio Bolsonaro (PL), mantendo a aliança política construída desde a sucessão municipal de 2020, quando Bruno foi eleito prefeito de Salvador com o apoio de ACM Neto.

A reeleição de Jerônimo reafirma a força do PT na Bahia, que governa o estado desde 2007. Como o governador não poderá disputar um terceiro mandato consecutivo, o partido deverá construir uma nova candidatura para 2030. Na oposição, ACM Neto poderá tentar novamente o governo estadual, embora a derrota em 2026, as repercussões das investigações e seu apoio a Flávio Bolsonaro possam dificultar sua competitividade. Considerando a predominância eleitoral do PT na Bahia desde 2002, especialmente nas disputas presidenciais, a tendência é de manutenção da força do grupo governista, enquanto a oposição enfrenta o desafio de reorganizar suas lideranças e ampliar sua base de apoio.

Ceará

No segundo turno das eleições presidenciais, Lula (PT) conquistou 68,93% dos votos válidos no Ceará, contra 31,07% de Flávio Bolsonaro (PL), vencendo nos 184 municípios do estado. Em Fortaleza, alcançou 60,07% dos votos. Apesar da ampla vantagem, seu desempenho ficou ligeiramente abaixo dos 69,97% registrados em 2022. O Ceará também apresentou a menor taxa de abstenção do país, que recuou de 15,52% no primeiro turno para 13,89% no segundo. Entre as duas etapas da disputa, Lula ampliou sua votação em aproximadamente 481 mil votos, enquanto Flávio Bolsonaro conquistou cerca de 63 mil votos adicionais (cálculo próprio). Embora esses números não permitam identificar a origem dos votos acrescidos entre os turnos, seja pela redução da abstenção, pela transferência de votos de outros candidatos ou pela diminuição dos votos brancos e nulos, mostram que a maior parte do crescimento eleitoral favoreceu o presidente reeleito.

No cenário estadual, Elmano de Freitas (PT) inicia seu segundo mandato com uma ampla base de sustentação política. A expectativa é de renovação de aproximadamente metade do secretariado, com a manutenção da cúpula da segurança pública. Na Assembleia Legislativa, PT e PSB somam 24 das 46 cadeiras, o que coloca o grupo governista em posição favorável para a eleição da Mesa Diretora, marcada para 1º de fevereiro. A maioria dos deputados defende a recondução de Romeu Aldigueri (PSB) à presidência da Casa, sobretudo após a desistência do PSD de disputar o cargo. Aldigueri, entretanto, ainda não confirmou sua candidatura e atribuiu a decisão às lideranças do grupo político. "Eu tenho líderes: o senador Camilo, o senador Cid e o governador Elmano. No momento oportuno vamos falar sobre isso", afirmou.

A continuidade do grupo governista também enfrenta uma contestação judicial. Em 14 de outubro, durante a campanha do segundo turno presidencial, a coligação de Ciro Gomes (PSDB) apresentou ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará um pedido de cassação da chapa de Elmano e de realização de novas eleições. A ação alega uso indevido dos meios de comunicação nas 776 inserções de propaganda veiculadas nos dias 2 e 3 de outubro, por decisão do ministro Dias Toffoli. Em resposta, a campanha de Elmano criticou a iniciativa e afirmou

que Ciro "continue desrespeitando a democracia e questionando o resultado legítimo das urnas".

A vitória eleitoral também fortaleceu a presença do grupo governista cearense nas articulações para a composição do novo governo federal. Entre os três estados acompanhados neste boletim, o Ceará reúne o maior número de lideranças cotadas para ocupar posições de destaque em Brasília. Camilo Santana (PT), que coordenou a campanha de Lula no segundo turno, aparece entre os nomes considerados para assumir a Casa Civil. Na avaliação de cientistas políticas ouvidas após a eleição, Camilo foi a liderança cearense que "mais se fortalece em Brasília". Mariana Dionísio, da Universidade de Fortaleza (Unifor), também avalia que Elmano deverá se consolidar como "um dos governadores nordestinos de maior peso na interlocução com o governo federal". A presença dos senadores Cid Gomes (PSB) e Luizianne Lins (Rede) na base governista reforça a influência política do grupo cearense no cenário nacional. A definição da nova composição ministerial é esperada para depois de 16 de novembro.

Na oposição, a derrota de Flávio Bolsonaro aprofundou o desafio de reorganização das forças políticas contrárias ao governo estadual. Nesse contexto, o PL tende a assumir maior protagonismo, tendo em André Fernandes sua principal liderança no Ceará. Deputado federal mais votado da história do estado, Fernandes concentra as articulações do partido e desponta como o principal nome oposicionista para disputar a Prefeitura de Fortaleza em 2028, quando poderá enfrentar novamente Evandro Leitão (PT), que o derrotou por uma diferença de 10.838 votos em 2024. Após o resultado presidencial, Fernandes adotou um tom menos confrontacional em relação aos eleitores adversários, afirmando: "Eu faço oposição a eles e não a você". Para Monalisa Torres, da Universidade Estadual do Ceará (Uece), o deputado deverá chegar à disputa municipal como "um nome fortíssimo". Mariana Dionísio, por sua vez, avalia que a oposição "terá de decidir se aposta no confronto ideológico ou numa agenda local menos nacionalizada".

Enquanto o PL busca consolidar sua posição como principal força oposicionista, o grupo de Ciro Gomes enfrenta um processo de enfraquecimento e fragmentação. O PSDB contará com apenas três deputados estaduais, e a derrota eleitoral reacendeu as disputas pelo comando da federação União

Progressista no Ceará. Além disso, dois tucanos não reeleitos já manifestaram apoio a uma eventual candidatura presidencial de Tarcísio de Freitas (Republicanos) em 2030, evidenciando as dificuldades de articulação das forças oposicionistas tradicionais.

Diante desse quadro, três cenários se apresentam para o Ceará. O primeiro, de maior probabilidade, é a manutenção da força política do grupo governista, com a recondução de Romeu Aldigueri à presidência da Assembleia, a possível indicação de Camilo Santana para um ministério de destaque e o início das articulações para a sucessão estadual de 2030. O segundo envolve o fortalecimento de André Fernandes e a capacidade do PL de transformar seu desempenho eleitoral em uma estrutura partidária capaz de tornar competitiva a disputa pela Prefeitura de Fortaleza em 2028, especialmente se houver convergência entre as forças oposicionistas. O terceiro cenário é de aprofundamento da fragmentação da oposição tradicional, com parte de suas lideranças se aproximando do PL e outra parte buscando diálogo com o governo estadual. A confiança é moderada no primeiro cenário, que depende de decisões ainda em andamento, e baixa nos demais.

Maranhão

Eduardo Braide (PSD) foi eleito governador do Maranhão no primeiro turno, com 54,02% dos votos válidos, vencendo em 130 dos 217 municípios do estado. Ex-prefeito de São Luís, cargo ao qual renunciou em 2026 para disputar o governo estadual, Braide possui trajetória na administração pública e no Legislativo. Entre 2005 e 2006, presidiu a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão; posteriormente, exerceu mandatos como deputado estadual e federal. Eleito prefeito de São Luís em 2020 e reeleito em 2024, consolidou sua projeção política antes de disputar o Executivo estadual.

Após a vitória, Braide reuniu aproximadamente 30 gestores municipais e os senadores eleitos André Fufuca (PP) e Lahesio Bonfim (Novo) em um encontro de comemoração. Na ocasião, destacou que sua relação com os presentes ultrapassava os vínculos políticos e envolvia laços pessoais. A reunião também serviu para discutir os primeiros passos da nova administração, reforçando a proposta de aproximação com os municípios, defendida durante a campanha.

Além de sua atuação eleitoral e do apoio de aliados, Braide foi favorecido pela divisão entre os grupos políticos de Flávio Dino e Carlos Brandão (MDB). Enquanto Dino apoiava a candidatura de Felipe Camarão (PT), Brandão lançou seu sobrinho, Orleans Brandão (MDB), como candidato à sucessão estadual. O afastamento entre os dois grupos também foi marcado por divergências relacionadas a Daniel Brandão, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, citado em investigações sobre suspeitas de desvios de recursos públicos, corrupção e outros fatos graves. A ruptura contribuiu para enfraquecer o campo governista e ampliar as possibilidades eleitorais de Braide.

A nova administração enfrentará desafios nas áreas de educação, pobreza, saneamento básico, meio ambiente e emprego. Entre eles, o combate à pobreza ocupa posição central. Segundo dados do IBGE apresentados no levantamento, 45,8% da população maranhense vive em situação de pobreza, colocando o estado na segunda posição nacional nesse indicador. Para enfrentar o problema, Braide anunciou a criação da Força Estadual de Combate à Pobreza, a ampliação dos restaurantes populares e a implementação de um décimo terceiro pagamento do programa Maranhão Livre da Fome.

Enquanto Braide se prepara para assumir o governo, Orleans Brandão (MDB) anunciou seu retorno ao setor privado, embora continue ativo nas redes sociais e defendendo uma agenda voltada ao municipalismo e aos investimentos nas cidades maranhenses. Em 3 de outubro, o ex-candidato também se manifestou favoravelmente ao fim da escala de trabalho 6x1, classificando a medida como uma conquista dos trabalhadores. Para 2030, a família Brandão poderá manter sua atuação política por meio de outras candidaturas, inclusive legislativas, ou do apoio a nomes de seu grupo partidário.

Outro adversário de Braide, Felipe Camarão (PT), obteve 9,60% dos votos válidos em sua primeira disputa pelo governo estadual. Apesar do apoio do PT e de Flávio Dino, sua candidatura não alcançou o desempenho esperado. Camarão recebeu 374.039 votos e manteve presença eleitoral em diferentes municípios. Em Caxias, conquistou 17.910 votos, equivalentes a 22,03% dos votos válidos no município.

A proximidade com Flávio Dino, cuja trajetória como governador teve importância na configuração política do Maranhão, poderá contribuir para uma

futura reorganização da candidatura de Camarão. Sua experiência como vice-governador também poderá favorecer novas articulações, embora o resultado eleitoral indique a necessidade de ampliar sua base de apoio para uma eventual disputa em 2030.

Diante desse cenário, Eduardo Braide iniciará seu mandato enfrentando desafios estruturais importantes, especialmente no combate à pobreza e na ampliação dos serviços públicos. Sua experiência como prefeito de São Luís poderá contribuir para a condução da administração estadual. Na oposição, Felipe Camarão poderá buscar fortalecer sua imagem política e construir uma nova candidatura em 2030, com o apoio de Flávio Dino. Orleans Brandão, por sua vez, sinaliza um afastamento das disputas eleitorais, embora seu grupo familiar possa continuar influente por meio do apoio a outras lideranças. A configuração da próxima eleição dependerá, portanto, do desempenho do governo Braide e da capacidade de reorganização dos grupos derrotados em 2026.

Paraíba

A reeleição de Lucas Ribeiro (PP) no primeiro turno, com 64,30% dos votos válidos, consolidou a continuidade do grupo político que governa a Paraíba desde 2011. O governador superou Efraim Filho (PL), que recebeu 24,18%, e Cícero Lucena (MDB), com 11,06%, conquistando uma vitória expressiva em 215 dos 223 municípios paraibanos. O resultado demonstrou a força da coalizão construída durante a gestão de João Azevêdo (PSB), que deixou o governo em abril de 2026 para disputar o Senado. Para 2027, a tendência é de continuidade administrativa e fortalecimento da articulação política entre o novo governo estadual e as lideranças que sustentaram a candidatura de Lucas.

A relação entre Lucas Ribeiro e o novo governo Lula (PT) deverá ser marcada pela cooperação institucional e pela manutenção das alianças estabelecidas durante as eleições. Apesar de integrar o PP, partido que declarou apoio a Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno presidencial, Ribeiro manteve seu posicionamento favorável à reeleição de Lula. A presença do PT, PSB e Republicanos em sua coligação também demonstra a capacidade de articulação de diferentes forças políticas em torno do governo estadual. Dessa forma, a relação entre os governos tende a permanecer próxima, principalmente em áreas

que dependem de investimentos federais, como infraestrutura, saúde e desenvolvimento regional.

A eleição de João Azevêdo (PSB) e Veneziano Vital do Rêgo (MDB) para o Senado também poderá favorecer a interlocução de partidos de centro e centro-esquerda da Paraíba junto ao governo federal. Azevêdo, responsável pela consolidação da atual coalizão governista, foi eleito com 32,50% dos votos, enquanto Veneziano recebeu 22,76%. Ambos contaram com o apoio de Lula durante a campanha, embora tenham participado de articulações eleitorais distintas no estado. Nesse sentido, a presença dos dois senadores poderá ampliar os canais de negociação em Brasília, especialmente na destinação de recursos e na defesa de projetos voltados ao desenvolvimento paraibano.

No âmbito estadual, Lucas Ribeiro deverá encontrar um cenário favorável à governabilidade, mas também enfrentará desafios relacionados à composição de sua base política. O PP ampliou sua bancada na Assembleia Legislativa de quatro para oito deputados, enquanto o Republicanos manteve oito cadeiras, preservando sua influência na política estadual. Por outro lado, o PSB, partido de João Azevêdo, passou de seis para três deputados estaduais. Essas mudanças indicam uma redistribuição de forças dentro da própria coalizão governista, com maior protagonismo do PP e do Republicanos. Para 2027, a manutenção dessa aliança dependerá da capacidade do governador de conciliar os interesses das diferentes lideranças e partidos que integram sua base.

Outro ponto importante será o fortalecimento da oposição vinculada ao PL. Embora Efraim Filho tenha sido derrotado na disputa pelo governo estadual, sua candidatura alcançou o segundo lugar e o partido ampliou sua representação na Assembleia Legislativa, passando de três para seis deputados. Esse crescimento demonstra que a direita alinhada ao bolsonarismo conseguiu ampliar sua presença institucional na Paraíba, mesmo diante da vitória expressiva do grupo governista.

A tendência é que o PL busque consolidar sua atuação como principal força de oposição ao governo Ribeiro, especialmente por meio da fiscalização das políticas estaduais e da mobilização de seu eleitorado. O alcance das propostas apresentadas por Lucas Ribeiro será importante para sustentar a avaliação positiva do governo e demonstrar capacidade de gestão para além da

continuidade política representada por sua eleição. Entre suas propostas de governo apresentadas por Lucas Ribeiro estão a continuidade das obras de infraestrutura hídrica, a ampliação dos serviços de saúde e o enfrentamento dos problemas relacionados à segurança pública.

Portanto, a perspectiva para 2027 é de que haverá uma relativa estabilidade política na Paraíba, mediante ao alinhamento do governo estadual com o presidente Lula. Não obstante, a composição heterogênea da coalizão governista e o crescimento do PL demonstram que a dinâmica política estadual continuará sendo marcada por disputas e negociações. Dessa maneira, Lucas Ribeiro tem como desafios principais preservar suas alianças, manter a cooperação com o governo federal e responder às demandas administrativas será determinante para a consolidação de seu segundo mandato.

Pernambuco

Em Pernambuco, Lula (PT) obteve uma vitória expressiva no segundo turno das eleições presidenciais, apesar da neutralidade adotada pela governadora reeleita Raquel Lyra (PSD) na disputa nacional. O presidente conquistou 69,20% dos votos válidos, contra 30,80% de Flávio Bolsonaro (PL), ampliando seu desempenho em relação a 2022, quando havia recebido 66,93%. No Recife, Lula alcançou 61,27% dos votos. A abstenção também apresentou uma redução significativa, passando de 18,17% no primeiro turno para 15,18% no segundo, uma das três maiores quedas registradas no país. Entre os turnos, Lula ampliou sua votação em 563.542 votos, enquanto Flávio Bolsonaro conquistou 94.511 votos adicionais. Embora os dados não permitam identificar a origem desses votos, mostram que o crescimento eleitoral favoreceu predominantemente o presidente reeleito.

A neutralidade de Raquel Lyra na disputa presidencial não comprometeu sua relação com o governo federal. Na noite de 25 de outubro, após a confirmação da vitória de Lula, a governadora parabenizou o presidente e reafirmou, em nota, a intenção de preservar a parceria entre as administrações estadual e federal. O senador Humberto Costa (PT) também afastou a possibilidade de desgaste político, afirmando que a posição de Raquel não

provocou "nenhum estremecimento no relacionamento institucional" e que a governadora "pode contar comigo e com os integrantes do PT".

Essa aproximação poderá produzir efeitos sobre a composição da base governista na Assembleia Legislativa. Raquel inicia seu segundo mandato com o apoio de 29 dos 49 deputados estaduais, em condições mais favoráveis do que no primeiro, quando a presidência da Casa estava sob controle da oposição. A governadora busca incorporar à sua base a federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB), que elegeu nove parlamentares. A possibilidade de indicação de um desses deputados para o secretariado, abrindo espaço para o suplente petista Doriel Barros, integra as negociações em andamento. A definição da nova equipe, prevista para antes da posse, deverá indicar a extensão dessa aproximação política.

A reeleição também ampliou a projeção de Raquel Lyra no cenário nacional. Em entrevista à Band, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, afirmou que a governadora, "ao final do segundo mandato irá para o cenário nacional", apontando-a como um nome da legenda "para em algum momento ser candidata a presidência da República". Kassab, entretanto, condicionou essa possibilidade ao desempenho de sua administração, ressaltando que, caso não realize um bom governo, estará comprometida qualquer perspectiva de candidatura. A declaração indica o interesse do PSD em fortalecer a projeção nacional de Raquel, embora uma eventual disputa presidencial ainda dependa dos resultados de seu segundo mandato.

Enquanto Raquel amplia sua base estadual e ganha projeção nacional, o PSB enfrenta o desafio de reorganizar sua atuação após perder o controle do governo de Pernambuco e da Prefeitura do Recife. João Campos, presidente nacional da legenda e atualmente sem mandato, é considerado por aliados de Lula "um nome certo para participar do ministério". Embora ainda não exista definição sobre a pasta, a área de Ciência e Tecnologia, anteriormente comandada por seu pai, Eduardo Campos, aparece entre as possibilidades mais mencionadas. A eventual participação de João no governo federal poderá fortalecer a capacidade de articulação do PSB e contribuir para a reorganização do partido em Pernambuco, sem comprometer sua aliança nacional com o PT.

Essa estratégia, entretanto, enfrenta divergências no campo político estadual. A proposta de federação entre PSB e PDT, partido que não alcançou a cláusula de barreira, opõe João Campos a Marília Arraes, senadora eleita e presidente estadual do PDT, contrária ao acordo. A decisão deverá ser tomada até janeiro. Ao mesmo tempo, a possibilidade de filiação do prefeito do Recife, Victor Marques (PCdoB), ao MDB poderá abrir espaço para uma candidatura própria do PT à prefeitura em 2028. Esses movimentos indicam que a reorganização partidária poderá intensificar a disputa entre forças que, no plano nacional, integram a base de sustentação do governo Lula.

Nesse contexto, três cenários se apresentam para Pernambuco. O primeiro, considerado mais provável, é o fortalecimento da governabilidade de Raquel Lyra, com a incorporação do PT à sua base parlamentar e a ampliação de sua projeção nacional pelo PSD, sem antecipar a disputa presidencial de 2030. O segundo envolve a participação de João Campos no ministério como instrumento de reorganização política do PSB no estado, com vistas às eleições municipais de 2028. O terceiro é a possibilidade de fragmentação da esquerda na disputa pela Prefeitura do Recife, com candidaturas próprias do PT, do PSB e do PDT de Marília Arraes. A configuração desses cenários dependerá das decisões previstas até janeiro, especialmente da composição do secretariado estadual, da eventual indicação de João Campos para o governo federal e do futuro da federação PSB-PDT. A confiança é moderada no primeiro cenário e baixa nos demais.

Piauí

Rafael Fonteles (PT) foi reeleito governador do Piauí com 70,90% dos votos válidos, alcançando o maior percentual entre os governadores eleitos em 2026. Favorito desde o início da campanha, o petista consolidou sua vantagem com uma atuação marcada pela presença nas ruas, pela mobilização nas redes sociais e pela proximidade com o eleitorado.

Considerado o governador mais jovem da história do estado, Fonteles integra o grupo de lideranças políticas próximas ao presidente Lula (PT). Sua reeleição reafirma a hegemonia do PT e de seus aliados no Piauí, que governam o estado desde 2002. Essa predominância também se manifesta nas eleições presidenciais. Em 2018, Fernando Haddad (PT) conquistou 77,05% dos votos

válidos; em 2022, Lula obteve 76,86%; e, em 2026, alcançou 75,88%. Os resultados demonstram a continuidade do apoio eleitoral ao partido no estado.

Durante a campanha, Lula participou de um evento em apoio a Fonteles e elogiou sua administração, apresentando-a como exemplo de gestão. Após o primeiro turno, o governador passou a integrar o núcleo mais próximo do presidente, contribuindo para as articulações, os debates e a comunicação da campanha presidencial. Essa aproximação ampliou sua projeção nacional e alimentou especulações sobre uma possível indicação para o Ministério da Fazenda em 2027, em uma eventual reforma ministerial. Fonteles, entretanto, negou ter recebido qualquer convite e reafirmou sua intenção de cumprir integralmente o mandato estadual.

Na oposição, Joel Rodrigues (PP), derrotado na disputa pelo governo, assumiu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Teresina em 14 de outubro. Durante a posse, destacou como prioridades a atração de investimentos e a geração de oportunidades de emprego.

Mesmo após a derrota, Joel manteve sua presença nas redes sociais e nas atividades políticas, participando da campanha de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno presidencial. Em seus perfis, intensificou as críticas a Rafael Fonteles e Lula, embora enfrente o desafio de ampliar sua base eleitoral em um estado onde o PT mantém o comando do Executivo desde 2002.

Diante desse cenário, o Piauí chega ao próximo ciclo político com a hegemonia petista consolidada. A sequência de vitórias indica que o partido construiu uma identificação com o eleitorado estadual que ultrapassa a dimensão ideológica e também se relaciona à avaliação de suas administrações. A proximidade de Fonteles com Lula e as especulações sobre sua possível participação no governo federal reforçam sua projeção nacional, embora o governador tenha afirmado que pretende permanecer no cargo.

Para 2030, o cenário mais provável é a continuidade do protagonismo petista, com a escolha de um sucessor entre seus quadros ou aliados, apoiado por Fonteles e Lula, já que o atual governador não poderá disputar um terceiro mandato consecutivo. A oposição, por sua vez, dependerá da capacidade de se unir em torno de uma candidatura competitiva e construir uma agenda própria, para além das críticas ao PT e da polarização nacional. Uma eventual saída

antecipada de Fonteles para assumir um cargo federal ou disputar outra eleição poderá alterar o equilíbrio interno do grupo governista. Ainda assim, a força histórica do partido no estado indica que o PT deverá chegar a 2030 como favorito.

Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, o segundo turno alterou o resultado da disputa pelo governo estadual e garantiu a vitória de Cadu de Lula (PT), eleito com 1.073.024 votos (50,77%), contra 1.040.399 votos (49,23%) de Allyson Bezerra (União Brasil). A diferença de apenas 32.625 votos evidencia o equilíbrio da disputa. Cadu venceu em 118 dos 167 municípios potiguares, sustentando sua vantagem principalmente no interior. Fora dos quatro maiores colégios eleitorais, obteve um saldo positivo de aproximadamente 128 mil votos, suficiente para compensar a vantagem de 95 mil votos conquistada por Allyson nesses centros urbanos. O candidato derrotado alcançou 52,86% dos votos em Natal e 61,29% em Mossoró, demonstrando maior competitividade nas principais cidades do estado.

A redução da abstenção, de 18,39% para 16,07%, também marcou o segundo turno. Na disputa presidencial, Lula (PT) obteve 65,72% dos votos válidos no estado, ligeiramente acima dos 65,10% registrados em 2022. Entre os turnos, sua votação cresceu aproximadamente 176 mil votos, enquanto Flávio Bolsonaro (PL) conquistou cerca de 17 mil votos adicionais (cálculo próprio). O resultado reforçou a predominância eleitoral do PT no estado e acompanhou a vitória de Cadu, que garantiu a continuidade do grupo político liderado por Fátima Bezerra. Com a eleição de seu sucessor, Fátima tornou-se a primeira governadora do Rio Grande do Norte reeleita a conseguir eleger o candidato de seu grupo para o mandato seguinte. Após a confirmação do resultado, Allyson reconheceu a derrota em vídeo: "Eu já liguei para o novo governador eleito do Estado, Cadu", afirmou, acrescentando que "a luta continua".

Apesar da vitória, Cadu iniciará seu mandato diante de importantes desafios fiscais e políticos. Ex-secretário estadual da Fazenda e sem experiência anterior em cargos eletivos, o governador eleito assumirá uma administração marcada pelo elevado comprometimento da receita com despesas de pessoal.

Segundo dados do Tesouro Nacional, o Rio Grande do Norte apresenta o maior índice do país nesse indicador. A equipe de transição descartou a possibilidade de moratória das dívidas, enquanto Cadu estabeleceu como prioridade elevar a classificação fiscal do estado de C para B no prazo de dois anos. "A gente precisa adequar o tamanho do Estado ao tamanho da nossa economia", afirmou. O cumprimento dessa meta exigirá medidas de ajuste e reorganização administrativa, cuja implementação dependerá da capacidade de negociação política do novo governo.

A formação de uma maioria parlamentar constitui, nesse sentido, um dos principais desafios da nova administração. Embora o PSDB, liderado pelo presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira, tenha aderido à candidatura de Cadu em 18 de outubro, após apoiar Álvaro Dias (PL) no primeiro turno, o grupo governista, somado à federação Brasil da Esperança, reúne aproximadamente dez dos 24 deputados estaduais, número insuficiente para assegurar os 13 votos necessários à maioria. Cadu afirmou que buscará construir condições de "governabilidade", enquanto o grupo de José Agripino indicou Kleber Rodrigues (PP) para negociar a eleição da Mesa Diretora, marcada para 1º de fevereiro. O resultado dessa articulação será importante para definir a capacidade do novo governo de aprovar suas propostas, especialmente na área fiscal.

O alinhamento partidário entre Cadu e Lula poderá favorecer a interlocução com o governo federal e a viabilização de investimentos estratégicos. Na noite da vitória, o governador eleito destacou a duplicação da BR-304, a construção da terceira ponte de Natal e a implantação do hospital metropolitano entre os projetos que pretende encaminhar em parceria com a União. A possível indicação de Fátima Bezerra para um ministério da área social também poderia ampliar a presença do grupo político potiguar no Executivo federal. Entretanto, em entrevista à TV Ponta Negra, em 27 de outubro, a governadora afirmou: "Eu não estou pensando nisso".

A oposição, por sua vez, permanece politicamente relevante, apesar da derrota na disputa pelo Executivo estadual. Allyson Bezerra, que recebeu mais de um milhão de votos e venceu em Natal e Mossoró, deixa a eleição com expressivo capital político, embora sem mandato. O PL, apesar de derrotado em todas as

disputas majoritárias no estado, conquistou a maior bancada da Assembleia Legislativa, com sete deputados, o que lhe assegura capacidade de influência nas negociações parlamentares. Seu presidente estadual, Rogério Marinho, também ganhou projeção nacional ao ser indicado por Flávio Bolsonaro para disputar a presidência do Senado.

No plano municipal, a configuração política de Natal poderá favorecer uma nova candidatura de Natália Bonavides (PT) à prefeitura em 2028. Deputada federal mais votada do estado, Bonavides poderá se beneficiar do fortalecimento do campo governista, embora enfrente um cenário competitivo na capital, onde Allyson Bezerra obteve maioria dos votos e contou com o apoio do prefeito Paulinho Freire (União Brasil) no segundo turno.

Diante desse quadro, três cenários se apresentam para o Rio Grande do Norte. No primeiro, Cadu consegue ampliar sua base parlamentar por meio da aproximação com o grupo de José Agripino e com partidos de centro, garantindo a eleição de um aliado para a Mesa Diretora e condições de governabilidade em alinhamento com o governo Lula. No segundo, um bloco oposicionista formado pelo PL e por partidos de centro, que poderia reunir até 14 deputados, conquista o controle da Assembleia e impõe dificuldades à implementação da agenda fiscal do novo governo. O terceiro cenário envolve a consolidação de Allyson Bezerra como principal liderança oposicionista, com potencial de protagonismo nas disputas eleitorais de 2028 e 2030. A confiança nesses cenários ainda é baixa, uma vez que a configuração da governabilidade dependerá das negociações para a eleição da Mesa Diretora, cujo resultado deverá indicar a correlação de forças que marcará o início do novo mandato.

Sergipe

A reeleição de Fábio Mitidieri (PSD) no primeiro turno, com 59,27% dos votos válidos, consolidou a força do grupo governista em Sergipe e estabeleceu um cenário favorável à continuidade política no estado. O governador venceu em 67 dos 75 municípios sergipanos, superando Valmir de Francisquinho (Republicanos), que recebeu 37,48% dos votos. Além da vitória expressiva, Mitidieri conseguiu preservar uma ampla aliança partidária, reunindo legendas

como PSD, PT, PSB e União Brasil, o que deverá contribuir para sua governabilidade a partir de 2027.

A relação entre o governo estadual e o novo mandato do presidente Lula (PT) tende a ser de aproximação e cooperação. Durante as eleições, Mitidieri declarou apoio à candidatura petista, apesar de integrar um partido que possui diferentes posicionamentos políticos em âmbito nacional. Essa aproximação também foi fortalecida pela participação do PT na coligação estadual e pela eleição de Rogério Carvalho (PT) para o Senado. Além disso, Lula obteve 69,53% dos votos válidos em Sergipe no segundo turno, demonstrando a permanência de uma base eleitoral expressiva do presidente no estado. Dessa forma, a convergência entre governos deve favorecer a articulação de investimentos federais e a execução de políticas públicas em áreas estratégicas.

Essa cooperação já possui antecedentes importantes, especialmente nos investimentos em infraestrutura anunciados ao longo de 2026. Entre eles, destacam-se as obras da Adutora Frei Enoque e da nova ponte entre Aracaju e Barra dos Coqueiros, vinculadas ao Novo PAC. Para 2027, a continuidade desses projetos poderá representar um dos principais pontos de aproximação entre os governos estadual e federal. Ao mesmo tempo, sua execução será importante para a avaliação da capacidade administrativa de Mitidieri, que iniciará seu segundo mandato com maiores expectativas em relação à entrega de resultados.

No âmbito estadual, o governador também deverá encontrar condições favoráveis de governabilidade. Os partidos que integraram sua coligação elegeram 16 dos 24 deputados estaduais, formando uma maioria potencial na Assembleia Legislativa. Entretanto, a diversidade ideológica dessa base, que reúne partidos de esquerda, centro e direita, exigirá negociações constantes para manter a estabilidade política. Nesse cenário, lideranças como André Moura (União Brasil) continuarão desempenhando um papel importante na articulação entre diferentes grupos políticos, inclusive nas relações com o governo federal.

Apesar da vitória expressiva, Mitidieri enfrentará desafios. A crise no abastecimento de água, as críticas à concessão dos serviços de saneamento e as reivindicações dos profissionais da educação são urgentes para a administração estadual. A capacidade de responder a essas demandas deve impactar na avaliação do governo quanto a manutenção de sua base de apoio. Além disso, a

oposição liderada por Valmir de Francisquinho, embora derrotada, demonstrou possuir uma parcela significativa do eleitorado, podendo se reorganizar para disputar espaço político nos próximos anos.

Outro elemento importante será a reorganização da direita sergipana. O PL, que buscou estabelecer uma candidatura própria ao governo estadual, terminou a eleição sem conquistar uma única representação na Câmara dos Deputados ou no Senado. Esse resultado demonstra as dificuldades de consolidação do partidária do bolsonarismo como força política autônoma em Sergipe, especialmente diante da influência de lideranças conservadoras vinculadas a outras legendas. Para 2027, a tendência é que o Republicanos permaneça como um dos principais espaços de oposição ao governo Mitidieri, embora sua capacidade de articulação dependa da superação das divisões observadas durante o processo eleitoral.

As projeções para 2027 em Sergipe são de continuidade e estabilidade política e um alinhamento ao presidente Lula. A proximidade entre os dois governos poderá ampliar as possibilidades de cooperação institucional e investimentos, enquanto a maioria governista na Assembleia tende a facilitar a aprovação de projetos estaduais. Entretanto, a manutenção desse cenário dependerá da capacidade de Mitidieri de administrar as divergências internas de sua coalizão, enfrentar os problemas relacionados à políticas públicas do estado a fim de responder efetivamente às demandas da população sergipana.

Conclusão

Os resultados eleitorais indicam que o Nordeste permanece como uma região de forte apoio a Lula, embora essa predominância não se traduza necessariamente em hegemonia do PT nas disputas estaduais. A continuidade de grupos governistas, as mudanças de poder no Maranhão e em Alagoas e o fortalecimento de diferentes forças oposicionistas revelam uma dinâmica política regional heterogênea. Para o próximo período, a governabilidade dependerá da capacidade dos governadores de construir maiorias legislativas, administrar coalizões partidárias e manter a cooperação com o governo federal. Ao mesmo tempo, a reorganização das oposições e a definição das sucessões estaduais deverão orientar as articulações políticas para 2030, especialmente nos estados

em que os atuais governadores não poderão disputar um novo mandato consecutivo.

REGIAO

CENTRO-OESTE



Monumento dos Três Marcos, Goiânia

Centro-Oeste

João Athayde[9]

Este boletim possui como objetivo analisar a conclusão do pleito para governador do Distrito Federal, o resultado das eleições presidenciais em cada Unidade Federativa da região Centro-Oeste e a reação dos governadores eleitos com esse resultado. Com isso, abordaremos o arranque do presidente Lula na região, comparando com o seu desempenho no segundo turno de 2022, como os candidatos reagiram ao resultado das urnas e medidas já tomadas pelos governadores das UFs.

Para isso, analisaremos os resultados das urnas, os perfis oficiais dos candidatos e as pesquisas de intenção de voto realizadas pelos institutos *Quaest* e *DataFolha*. Para além, também serão levadas em conta notícias disponibilizadas por portais midiáticos, como o G1.

Distrito Federal

Na capital brasileira, a conclusão da decisão para governador neste segundo turno foi a esperada. Celina Leão (PP) foi a candidata escolhida pelo povo brasiliense para ocupar o Palácio do Buriti, conquistando 57,18% dos votos e tornando-se a primeira mulher a ser governadora da capital, enquanto Leandro Grass (PT) angariou 42,82% das escolhas. O Partido dos Trabalhadores teve seu melhor desempenho na disputa para o executivo do DF desde 2010, quando elegeu Agnelo Queiroz.

Quando comparamos o fim da eleição com as pesquisas de véspera dos institutos *Quaest* e *DataFolha*, vemos que este aproximou-se mais da realidade. Segundo o *DataFolha*, a governadora possuía 59% dos votos válidos, enquanto

[9] Estudante de Ciências Sociais (UFRJ)

Grass somava 41%, entretanto, a empresa *Quaest* atribuía 61% à Celina e apenas 39% para o petista.[10]

Ademais, dois dias após o segundo turno, a governadora reeleita aprovou o aumento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços) sobre combustíveis, apesar de sua campanha ter afirmado que não aumentaria impostos[11]. Agora, sobre a crise que aflige o BRB, Celina voltou a tentar conversar com o presidente Lula para resolver a situação financeira do banco. Até então, a União não dispôs de aporte financeiro para reestruturar a instituição financeira, a medida tomada foi uma flexibilização do Plano de Ajuste Fiscal do DF, entretanto, o banco ainda encontra dificuldades para negociar empréstimos com bancos privados brasileiros. Com isso, a governadora reuniu-se com investidores dos Emirados Árabes Unidos interessados em realizar esse tipo de aporte e procura o Governo Federal para viabilizar um acordo entre a capital brasileira e a União[12].

Tratando agora sobre as eleições presidenciais, Celina não contestou o resultado e disse que a mobilização do PT incontestável[13]. Como em todo o Brasil, Lula melhorou enormemente o seu desempenho do primeiro para o segundo turno no Distrito Federal. O presidente eleito aumentou mais de 149 mil votos, portanto subiu pouco mais de 7,5 pontos percentuais, somando 45,72% . Assim como Grass, Luís Inácio melhorou sua performance em relação ao pleito de 2022, quando obteve pouco menos de 100 mil votos se comparado com agora. Do outro lado, Flávio Bolsonaro teve uma melhora pouco expressiva, angariando um pouco menos de 70 mil votos a mais do que no primeiro turno.

Goiás

No estado de Goiás, Daniel Vilela (MDB), quem já havia sido eleito logo no primeiro turno, demonstra que cumprirá sua promessa de perpetuar a gestão de Ronaldo Caiado, de quem era vice. Por conseguinte, deve manter parte dos

[10] https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2026/10/na-vespera-da-eleicao-celina-leao-pp-tem-59-dos-votos-validos-e-deve-ser-reeleita.shtml; https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/10/QUAEST2TVESPERADF2410.pdf
[11] https://iclnoticias.com.br/economia/governadores-nao-subir-impostos-icms/
[12] https://www.cnnbrasil.com.br/economia/money/macroeconomia/governadora-do-df-volta-a-tentar-conversa-com-lula-sobre-crise-do-brb/#goog_rewarded
[13] https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/celina-diz-que-derrota-de-flavio-foi-surpresa-mas-reconhece-atuacao-do-pt

integrantes da antiga gestão em seu atual governo[14], porém, a atual aproximação com o PL pode garantir vagas de políticos filiados a esse partido na administração da gestão de Vilela[15]. Seguindo a linha do caiadismo, o governador já realizou investimentos na área da segurança pública, entregando 3 mil novas viaturas e aplicação de R$3,36 milhões em armamento para a PMGO[16]. Além disso, também foi criada a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, tendo Valentina Jungmann como líder da futura secretaria[17]. O governador, também aprovou o aumento do ICMS sobre combustíveis[18].

Comentando agora sobre a disputa presidencial, Daniel Vilela não questionou o resultado das urnas e o desempenho de Lula em território goiano teve grande guinada do primeiro para o segundo turno. Junto de Caiado, o governador cobrou mais responsabilidade fiscal ao Governo Federal e que o presidente busque governar sem retaliações à governadores da oposição[19]. Na etapa conclusiva das eleições, o presidente eleito ganhou mais de 390 mil votos, aumentando 9 pontos percentuais. Entretanto, quando comparamos com o pleito de 2022, Lula teve desempenho bem semelhante com o deste ano. Já Flávio teve campanha melhor do que seu pai na eleição anterior.

Mato Grosso

No estado comandado por Otaviano Pivetta, o governador reeleito prevê entregar a reforma administrativa do governo. Sua proposta ainda está em estruturação, mas planeja reorganizar as secretarias (fundindo algumas delas, como disse a vice-governadora Gisela Simona, nomeada para assumir o comando da Setasc), reduzir despesas (reduzindo cargos públicos) e modificar a máquina pública (transferindo responsabilidades do governo estadual para os

14 https://www.jornalhoraextra.com.br/politica/daniel-vilela-deve-manter-secretarios-no-proximo-mandato-para-garantir-continuidade-da-gestao
15 https://www.cbngoiania.com.br/cbn-goiania/papo-politico/daniel-vilela-enfrenta-desafios-para-montar-equipe-1.3474524
16 https://diariodegoias.com.br/forcas-de-seguranca-publica-de-goias-recebem-3-mil-novas-viaturas-e-armamento-investimento-de-r-165-milhoes/553786/
17 https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/daniel-vilela-confirma-criacao-e-titular-da-secretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher-886958/
18 https://iclnoticias.com.br/economia/governadores-nao-subir-impostos-icms/
19 https://sdnews.com.br/noticia/17383/daniel-vilela-cobra-mudancas-no-governo-federal-e-reforca-compromisso-com-goias-apos-reeleicao-de-lu.html

municípios)[20]. Essa reforma já está gerando controvérsias antes mesmo de estar finalizada e enviada à assembleia legislativa, pois membros da base do governo na AL cobram diálogo para construir as propostas[21]. Pivetta também foi a favor do aumento do ICMS sobre combustíveis[22].

Analisando agora o resultado das eleições presidenciais, podemos comentar também que Otaviano Pivetta não questionou os números das urnas no segundo turno e reconheceu a vitória de Lula. Ademais, MT foi o estado da região Centro-Oeste que registrou a menor melhora do presidente do primeiro para o segundo turno, com um aumento de pouco mais de 4,5 pontos percentuais e de 112 mil votos. Porém, ao compararmos com o resultado do pleito de 2022, seu desempenho foi pior (tendo 1 ponto percentual a menos do que esse ano, apesar de ter conquistado 40 mil votos a mais), enquanto Flávio Bolsonaro teve desempenho melhor do que o pai Jair Bolsonaro.

Mato Grosso do Sul

No estado de Mato Grosso do Sul, o governador reeleito Eduardo Riedel também foi favorável ao aumento do ICMS sobre combustíveis, porém foi mais além, pois prevê uma subida da alíquota geral do imposto, agora fixada em 17% e podendo passar a ser entre 19% e 19,5%, existindo debates para subir até 21%[23]. Entretanto, pretende fixar na lei porcentagens menores do IPVA sobre determinadas classes de veículos[24].

Tratando agora sobre o resultado da eleição presidencial, Riedel reconheceu a vitória de Lula. Demais, o presidente eleito teve uma melhora de pouco mais de 5,5 pontos percentuais, somando 112 mil votos ao número referente aos votantes do primeiro turno. Quando comparamos seu atual desempenho com o pleito de 2022, vemos uma ligeira melhora (com pouco menos de 30 mil votos a mais), enquanto vemos Flávio angariando 47 mil votos a mais do que seu pai.

[20] https://www.olhardireto.com.br/noticias/pivetta-preve-concluir-desenho-da-reforma-administrativa-ate-a-proxima-semana-e-mantem-reunioes-com-equipe
[21] https://www.olhardireto.com.br/noticias/avallone-cobra-dialogo-de-pivetta-antes-de-enviar-reforma-administrativa-a-al-e-avisa-que-base-nao-aprovara-tudo-de-goela-abaixo
[22] https://iclnoticias.com.br/economia/governadores-nao-subir-impostos-icms/
[23] https://correiodoestado.com.br/2026/11/10/riedel-quer-levar-icms-de-17-para-195.html
[24] https://www.campograndenews.com.br/politica/pacote-do-governo-preve-debate-sobre-aumento-do-icms-e-revisao-de-incentivos

Conclusão

Finalizando este boletim, podemos perceber que, quando comparamos o desempenho do presidente Lula neste segundo turno com o primeiro do pleito de 2026, há uma melhora significativa em todas as UFs e, quando fazemos a comparação com a etapa final das eleições presidenciais de 2022, apenas no Mato Grosso que Luís Inácio teve uma performance pior. Entretanto, vemos que todos os governadores da região Centro-Oeste, fazem parte da oposição ao Governo Federal, com isso, cobram mudanças nas medidas do governo, ressaltando a responsabilidade fiscal, discurso que está sendo refletido na reforma administrativa do MT. No caso do DF, apesar da governadora reeleita ter criticado o presidente Lula devido a suas ações diante da crise do BRB, Celina recalcula seu discurso e, após a reeleição do chefe do executivo nacional, procura reviver discussões que visam solucionar o problema financeiro do banco. Em Goiás, o sucessor de Caiado toma medidas que seguem o escopo do caiadismo e no MS o debate sobre o reajuste da alíquota geral do ICMS pode fazer com que o estado deixe de ser a UF com a menor taxa desse imposto no país. Finalizando, ainda comentando sobre o imposto estadual, todos os governadores aprovaram o aumento da taxa sobre os combustíveis.

REGIAO

SUDESTE



MASP, São Paulo

São Paulo: a composição política e os limites da base governista de Tarcísio

Mariana Yang[25]

O quinto boletim reúne os resultados das eleições de 2026 para investigar como a vitória de Tarcísio de Freitas se relaciona com a organização das forças partidárias no estado de São Paulo. Diferentemente do boletim anterior, que tratou da composição parlamentar e da aproximação entre o governador e a candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro, buscamos observar como sua força eleitoral se distribui entre as diferentes instâncias de poder e quais os interesses envolvidos na manutenção de sua base política.

Para isto, analisamos os resultados presidenciais nos municípios mais populosos do estado, a composição partidária de suas prefeituras, as articulações que começam a se estabelecer para o segundo mandato do governador como peça publicitária para sua provável candidatura à presidência em 2030.

A relação entre os resultados estaduais, municipais e presidenciais

O observatório levantou a hipótese de que poderia haver alguma relação de coerência ideológica entre os pleitos executivos nas instâncias municipais, estadual e federal em São Paulo. Para isto, selecionamos 20 municípios que, juntos, correspondem a aproximadamente 50% da população do estado. Esta seleção reúne uma parcela significativa do eleitorado paulista, embora não represente a totalidade dos 645 municípios do estado.

Esta hipótese, quando verificada a partir dos resultados, apresentou algumas inconsistências importantes. Tarcísio venceu em 19 dos 20 municípios

[25] Graduanda em Ciências Sociais (UFRJ)

selecionados, enquanto Fernando Haddad venceu somente em Diadema. Porém, a votação presidencial não acompanhou plenamente o resultado: Flávio Bolsonaro venceu em 13 municípios, enquanto Lula foi o mais votado nos outros 7. Portanto, nos municípios em que Tarcísio obteve maioria, não houve necessariamente correspondência absoluta com a votação presidencial, já que Lula venceu em seis deles. Logo, vitória estadual de Tarcísio não pode ser interpretada automaticamente como reprodução do desempenho do bolsonarismo em todas as disputas.

O resultado também informa que a vitória eleitoral de Tarcísio não esteve restrita aos municípios em que Flávio venceu e teve como um de seus pilares o apoio de partidos do Centrão, como PSD, MDB e Republicanos, partido do próprio governador. Dos 645 municípios paulistas, estes partidos somam 359 administrações municipais, o equivalente a aproximadamente 56% do total. Uma das 359 apresenta um peso político superior ao de outras administrações, a prefeitura da capital paulista, governada por Ricardo Nunes (MDB) que concentra sozinha cerca de 25% da população do estado. No entanto, apesar da participação de Nunes na campanha estadual, a capital registrou Lula como candidato mais votado, demonstrando que apoio político a Tarcísio não implica uma reprodução de alinhamento na disputa nacional. Ainda que o PL apareça com o segundo partido com mais prefeituras no estado, com 16%, ficando, por diferença alarmante, atrás apenas do PSD com 32% .

Prefeituras e composição da coalizão política

Outro elemento importante para compreender a distribuição dessas forças é a composição partidária das prefeituras selecionadas. Entre os 20 municípios, o PSD aparece com 5 prefeituras, seguido pelo MDB, com 4, e pelo Republicanos e PL, com 3 cada. Os demais municípios são governados por Podemos, União Brasil, PT e PSDB. Tal distribuição confirma que a vitória de Tarcísio nesses municípios não se vincula exclusivamente aos partidos que compõem o núcleo duro bolsonarista.

O PSD de Gilberto Kassab, ex-secretário de Governo e Relações Institucionais, por exemplo, detêm a maior quantidade de prefeituras da seleção. Kassab participou do primeiro mandato de Tarcísio, mas deixou o cargo em

março de 2026 para lançar a candidatura presidencial de seu próprio partido, Ronaldo Caiado. A decisão tende a entrar em conflito com as pretensões presidenciais de Tarcísio, que descartou o retorno de Kassab ao secretariado afirmando que: "depois de ocupar determinado espaço no governo, o ideal seria não voltar." É possível que a relação que PSD estabeleceu ao participar da base do primeiro mandato e em sua participação na política municipal paulista entre em conflitos futuros neste próximo mandato com a pretensão de Tarcísio à presidência.

Quanto ao MDB, outra presença expressiva no estado, inclui a prefeitura da capital, onde vive um quarto de toda população do estado e é comandada por Ricardo Nunes, participante ativo da articulação política da candidatura de Tarcísio. A forte presença do PL, partido concentrador do bolsonarismo, tanto nas prefeituras quanto na ALESP, não parece apresentar problemas agora, no entanto poderá se tornar um desafio de articulação. A fala de Marcos Pereira, presidente do Republicanos, sobre a falta de diálogo de Tarcísio com a Assembleia Legislativa, feita no programa Roda Viva em 2023, pode ser compreendida como indício dessa possível tensão. Somado a isto, a permanência do governador no Republicanos frente a negociação do PL para sua filiação pode indicar certa insubordinação ao campo bolsonarista.

Governabilidade e interesses partidários na ALESP

A distribuição partidária das prefeituras precisa ser considerada em conjunto com a composição da Assembleia Legislativa. Embora o boletim anterior já tenha demonstrado a existência de uma maioria governista na ALESP, a quantidade de parlamentares que compõem essa base não explica, por si só, como o governo organiza suas negociações. A presença de diferentes partidos na coalizão implica a necessidade de conciliar interesses, a nível de exemplo temos a negociação pela sucessão da presidência da ALESP.

O PL, que elegeu 27 deputados, elegeu também o atual presidente da assembleia paulista ao cargo de senador, mantém a maior bancada da Casa e busca permanecer no comando do legislativo paulista a partir de 2027. A escolha do sucessor de André do Prado não é consenso dentro do partido, com divergências entre parlamentares mais antigos e os de primeiro mandato, este

último com apoio do presidente do partido, Valdemar Costa Neto, e aliados do atual presidente da casa. Dentre os cotados para o cargo, a ser preenchido em fevereiro de 2027, estão: Alex Madureira, atual líder da bancada do partido na casa, Tenente Coimbra, Thiago Auricchio e Ricardo Madalena, reeleitos, e Rodrigo Ashiuchi e Rogério Franco, ambos em seus primeiros mandatos e possivelmente apoiados por Prado e por Costa Neto.

O Republicanos por sua vez é quem detém a liderança de governo, cargo que é o principal articulador entre Executivo e Legislativo, por meio de Gilmaci Santos desde 2024, sem indícios de possíveis mudanças. Função que pode estar sendo subestimada, a julgar pelos relatos do líder do PT na ALESP, Antonio Donato: "Governo tecnocrata de Tarcísio despreza o Legislativo". Segundo o jornal Brasil de Fato, entre janeiro de 2023 e março de 2025, o governador vetou 238 propostas aprovadas pelos parlamentares.

O mesmo aparece na formação do próximo secretariado, segundo a CNN Brasil, articuladores do governo já iniciaram conversas com os partidos que integraram sua coligação para discutir a distribuição de cargos. As negociações têm sido tocadas pelo secretário de Governo e Relações, Roberto Carneiro (Republicanos) e as mudanças se darão em pelo menos três secretarias, entre elas Turismo e Viagens, Esportes e Políticas para a Mulher, além de alterações previstas na Saúde. A orientação do governador, segundo aliados ouvidos pela reportagem, seria preservar o perfil técnico das nomeações, mesmo em indicações partidárias. Os partidos e federações que compuseram a coligação foram: Republicanos, PL, MDB, Democrata, Avante, PSD, Federação Renovação Solidária (composta por PRD e Solidariedade) e Federação União Progressista (composta por União e PP).

Crescimento da oposição e condições de atuação

Apesar da manutenção da maioria governista, a composição da ALESP apresenta mudanças importantes também na oposição. PT, PSOL e PSB somam 28 deputados, cinco a mais do que no pleito anterior. O crescimento mais expressivo foi do PSOL, que passou de 5 para 9 cadeiras, enquanto o PT permanece como a segunda maior bancada da Casa, com 16 parlamentares, e o PSB elegeu 3 deputados. O crescimento do PSOL merece atenção pela ampliação

de sua presença eleitoral: entre os cinco deputados estaduais mais votados, três pertencem ao partido: Sofia Favero, Carlos Giannazi e Paula da Bancada Feminista. No cenário paulista, parece haver uma ampliação da representação da esquerda, mesmo com a manutenção do PT com a maior bancada de oposição.

Outro elemento que poderia interferir nas condições de atuação da oposição é a decisão do Tribunal Superior Eleitoral sobre a cláusula de desempenho da federação PSOL-Rede. O TSE reconheceu que percentuais superiores a 1,45% poderiam ser arredondados para 1,5%. Assim a federação que alcançou o percentual mínimo em oito estados e registrou 1,4912% no Espírito Santo, passou a ter seu desempenho considerado suficiente após o arredondamento, mantendo o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda partidária gratuita.

Considerações finais

A composição política de São Paulo apresenta uma base governista expressiva, mas que depende de negociações entre partidos da coligação que o alavancou ao poder, a oposição ampliou sua representação e preservou condições institucionais para atuação. Os resultados de 2026 apontam uma reorganização das relações entre os partidos que participam de seu governo e dos que participam da oposição na medida em que a performance articuladora de Tarcísio servirá de teste de condução para uma provável campanha presidencial em 2030.

Referência Bibliográfica

PLATÔBR. O que afasta Kassab do novo governo Tarcísio em São Paulo. Disponível em:https://platobr.com.br/o-que-afasta-kassab-do-novo-governo-tarcisio-em-sao-paulo.

METRÓPOLES. "Fator Valdemar" pode levar deputado novato do PL à presidência da Alesp. Disponível em:https://www.metropoles.com/colunas/ramiro-brites/fator-valdemar-pode-levar-deputado-novato-do-pl-a-presidencia-da-alesp.

UOL NOTÍCIAS. Deputados do PL reeleitos e de 1º mandato brigam por presidência da Alesp. Disponível em:https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-

noticias/2026/11/06/sucessao-para-presidencia-da-alesp-gera-disputa-no-pl.ghtm.

BRASIL DE FATO. Governo tecnocrata de Tarcísio despreza o Legislativo, afirma líder do PT na Alesp. Disponível em:https://www.brasildefato.com.br/podcast/brasil-de-fato-entrevista/2025/05/22/governo-tecnocrata-de-tarcisio-despreza-o-legislativo-afirma-lider-do-pt-na-alesp/.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO. Eleições 2026: confira a lista das deputadas e dos deputados estaduais eleitos por SP. Disponível em:https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/eleicoes-2026-confira-a-lista-das-deputadas-e-dos-deputados-estaduais-eleitos-por-sp.

Rio de Janeiro

Láiza Kinaipp[26]

O CONTRASTE ELEITORAL ENTRE A CAPITAL DO RIO DE JANEIRO E A BAIXADA FLUMINENSE

O segundo turno das eleições ocorreu em 25 de outubro, em todo o território nacional, para a escolha da Presidência da República e, nos estados em que necessário, dos governos estaduais. No Rio de Janeiro, entretanto, a disputa pelo governo estadual foi encerrada ainda no primeiro turno, assim como a eleição para o Senado, cujas duas vagas foram preenchidas por candidatos do Partido Liberal (PL). O resultado consolidou a presença da legenda nos três cargos: Douglas Ruas foi eleito governador com 50,88% dos votos válidos, após a retotalização realizada pelo TRE-RJ; Carlos Portinho foi eleito senador com 26,77%, enquanto Carlos Jordy obteve 24,56%, garantindo a segunda vaga do partido.

Apesar da predominância do PL nos cargos estaduais, a eleição presidencial apresentou um cenário distinto na capital fluminense. Lula (PT) venceu o segundo turno na cidade do Rio de Janeiro, com 51,54% dos votos válidos, contra 48,46% de Flávio Bolsonaro (PL), uma diferença de 113.193 votos. O resultado representou uma inversão em relação ao primeiro turno, quando Flávio havia sido o candidato mais votado na capital, com 47,88%, evidenciando uma mudança na distribuição dos votos entre as duas etapas da disputa.

Na eleição para o governo estadual, a distribuição dos votos de Douglas Ruas no primeiro turno também apresentou diferenças importantes entre a capital e os municípios da Baixada Fluminense. A cidade do Rio de Janeiro concentrou o maior número absoluto de votos recebidos pelo candidato, com

[26] Láiza Kinaipp é graduanda em Ciências Sociais pela UFRJ

1.319.722. Na Baixada, por sua vez, três municípios se destacaram pelo volume de votos destinados a Ruas: Nova Iguaçu, com 230.011; Duque de Caxias, com 218.265; e Belford Roxo, com 130.293. Juntos, os três municípios somaram 578.569 votos, demonstrando a expressividade da votação do candidato na região. Quando observados os percentuais de votos válidos, o desempenho também se diferencia: Ruas alcançou 59,0% em Nova Iguaçu, 51,3% em Duque de Caxias e 60,4% em Belford Roxo, enquanto, na capital, obteve 40,8%. Embora a cidade do Rio de Janeiro tenha concentrado 30,9% dos votos recebidos pelo candidato, reúne 38,5% do eleitorado estadual. Essa diferença aponta para uma distribuição territorial desigual de seu desempenho, com percentuais mais elevados nos municípios da Baixada destacados do que na capital.

Esse contraste territorial também aparece nos resultados da eleição presidencial. No segundo turno, Flávio Bolsonaro venceu em Duque de Caxias, com 55,21%, e em Nova Iguaçu, com 59,01%, enquanto Lula conquistou a maioria dos votos na capital e em Niterói, onde obteve 55,15%. Embora o petista tenha ampliado sua votação na Baixada entre os dois turnos, Flávio venceu nos 13 municípios da região. Assim, a vitória de Lula ficou restrita à capital entre os municípios fluminenses, enquanto, no conjunto do estado, Flávio Bolsonaro foi o candidato mais votado, com 53,10%, contra 46,90% do petista, uma diferença de 603.640 votos. Considerados os outros 91 municípios, excluída a capital, Flávio alcançou 55,92% dos votos, contra 44,08% de Lula.

Em conjunto, os resultados evidenciam diferenças territoriais no comportamento eleitoral fluminense. Na disputa estadual, Douglas Ruas alcançou a maioria absoluta dos votos válidos após a retotalização, com destaque para seu desempenho nos municípios da Baixada. Já na eleição presidencial, Lula venceu na capital, enquanto Flávio Bolsonaro obteve a maioria dos votos no restante do estado. A comparação demonstra que a distribuição do eleitorado não foi homogênea entre as disputas, revelando diferenças entre o comportamento eleitoral da capital, da Baixada Fluminense e dos demais municípios do estado.

É POSSÍVEL UM SEGUNDO TURNO PARA O CARGO DE GOVERNADOR? EDUARDO PAES RESISTE AO RESULTADO DO PRIMEIRO TURNO.

A controvérsia sobre o resultado do primeiro turno ganhou novos desdobramentos nos dias 3 e 4 de novembro. Após um período sem manifestações públicas, Eduardo Paes publicou um vídeo nas redes sociais, justificando seu silêncio pela intenção de não interferir na eleição presidencial. Na ocasião, retomou a defesa da realização de um segundo turno, afirmando que O Rio escolheu ter segundo turno. O povo do Rio de Janeiro tem o direito de votar. Paes argumentou que a necessidade de uma nova votação deveria considerar a manifestação dos eleitores em 4 de outubro, e não uma alteração posterior na base de cálculo eleitoral, reforçando que o PSD levará a discussão ao Supremo Tribunal Federal (STF).

No dia seguinte, 4 de novembro, Paes também acionou o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), solicitando a cassação da chapa de Douglas Ruas (PL) e Fernanda Louback, além da inelegibilidade de ambos por oito anos. A ação aponta supostas irregularidades na campanha, como abuso de poder econômico, disseminação de desinformação e compra de votos. Embora as acusações ainda dependam de apuração, a iniciativa amplia a contestação judicial para além da discussão sobre o cálculo eleitoral.

Apesar da possibilidade jurídica de uma reviravolta, a realização de um segundo turno permanece como um cenário de baixa probabilidade. Douglas Ruas já assumiu publicamente a vitória e se apresenta como governador eleito, enquanto não há decisão judicial que altere o resultado proclamado. Assim, Paes mantém duas frentes de contestação: a ADPF 1362, no STF, que questiona o cálculo eleitoral, e a ação no TRE-RJ, que busca apurar irregularidades na campanha vencedora. São processos distintos, e uma eventual cassação da chapa não significaria, automaticamente, a convocação de um segundo turno.

O impasse, portanto, permanece sob apreciação do STF e aguarda uma posição do Supremo Tribunal Federal. Embora a Corte tenha acolhido o pedido de Paes relacionado à contestação, ainda não há definição sobre a realização de uma nova votação, o que impede afirmar, até o momento, se haverá ou não segundo turno no Rio de Janeiro.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO CICLO POLÍTICO

O resultado das eleições de 2026 não representa uma mudança tão significativa na configuração partidária do Rio de Janeiro, uma vez que o PL já mantinha predominância na política estadual, com presença expressiva na Alerj e influência sobre o governo. Entretanto, a vitória de Douglas Ruas para o Executivo, somada à eleição de Carlos Portinho e Carlos Jordy para o Senado, reforça essa concentração de forças e amplia a capacidade de articulação do partido nas esferas estadual e federal. Para 2027, as primeiras movimentações indicam que a futura gestão deverá concentrar seus esforços em três eixos: equilíbrio fiscal, segurança pública e reorganização administrativa. Ruas já sinalizou a intenção de revisar o orçamento estadual, que prevê déficit próximo de R$14 bilhões, instituir um teto de gastos e ampliar o efetivo da Polícia Militar, além de anunciar investimentos na regionalização da saúde e em políticas habitacionais. A escolha dos primeiros integrantes do secretariado, com destaque para Maria Gabriela Bessa na Casa Civil, Fernanda Louback na Secretaria de Políticas Inclusivas e da Mulher e Anderson Monteze em Planejamento, Gestão e Inovação, também aponta para uma composição que combina experiência administrativa e representação de pautas sociais.

Entretanto, a governabilidade de Douglas Ruas em 2027 deve ser testada também fora do campo político. O Ministério Público do Rio apura suspeitas de crimes licitatórios, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa, em procedimento que tramita sob sigilo no Tribunal de Justiça. O procedimento foi instaurado em 17 de julho, após denúncia sobre conflito de interesses e enriquecimento ilícito, e examina o crescimento patrimonial de empresas ligadas a Ruas. Ruas nega irregularidades e diz acreditar no arquivamento do caso. A eleição também não encerra a apuração. Especialistas ouvidos por O Globo avaliam que o caso deve permanecer no TJ-RJ, por tratar de fatos anteriores ao mandato, mas uma disputa de competência pode levá-lo ao STJ após a posse. Há ainda uma frente eleitoral. Na ação protocolada em 4 de novembro, a coligação de Paes pede a cassação dos registros, diplomas ou mandatos de Ruas e da vice, Fernanda Louback, e a inelegibilidade de ambos por oito anos, sob acusação de desinformação e compra de votos. As denúncias ainda serão analisadas pela Justiça Eleitoral e não comprovam, por si só, as irregularidades. Em paralelo, o

PSD recorreu ao STF contra a forma como o TSE calculou os votos válidos, o que o levou a vencer sem o segundo turno. Com isso, o governo começa sob pressão judicial, sem que nenhuma dessas questões esteja decidida. Soma-se a esse cenário a necessidade de construir uma base de apoio na Alerj para viabilizar as medidas econômicas previstas pela gestão. Embora não haja condenação ou comprovação das suspeitas, a permanência dessas controvérsias pode consumir capital político e ampliar o espaço de atuação da oposição, liderada por Paes.

No Senado, Portinho e Jordy indicam uma atuação alinhada ao fortalecimento da bancada do PL, com prioridade para a disputa pela presidência da Casa, críticas à atuação do STF e defesa de mudanças na relação entre os Poderes, além de pautas econômicas, como a revisão da distribuição dos royalties do petróleo e o desenvolvimento da indústria fluminense. Em contrapartida, Eduardo Paes tende a ocupar uma posição de oposição ao novo governo, mantendo a contestação judicial do resultado eleitoral e buscando preservar sua influência política no estado. Assim, mais do que uma alteração na composição partidária, 2027 deverá representar o fortalecimento da influência já existente do PL e o início de uma nova etapa de sua administração estadual, cujo principal desafio será transformar a força eleitoral e institucional em resultados concretos, especialmente diante das restrições fiscais e das disputas políticas que já se desenham.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As eleições de 2026 no Rio de Janeiro mostram um estado em que a força do PL é consolidada, mas não homogênea. O partido garantiu o governo estadual e as duas vagas ao Senado ainda no primeiro turno, reforçando uma predominância que já existia. Os resultados territoriais, porém, revelam um eleitorado dividido. A capital se mostrou mais resistente ao partido, a ponto de dar a vitória a Lula no segundo turno. A Baixada Fluminense e os demais municípios sustentaram a vantagem de Flávio Bolsonaro no estado e impulsionaram Douglas Ruas.

Para 2027, o cenário combina continuidade política com incerteza institucional. O governo Ruas começará com um déficit estimado em R$ 14 bilhões e precisará construir uma base na Alerj para aprovar suas medidas fiscais.

Ao mesmo tempo, enfrentará questionamentos na Justiça, entre eles a ADPF 1362, a ação no TRE-RJ e a investigação do Ministério Público, sem que nenhum deles esteja decidido. Caberá ao novo governo transformar a força eleitoral em resultados concretos. Eduardo Paes, por sua vez, deve se firmar como principal voz da oposição fluminense.

FONTES

STF – PSD pede realização de segundo turno no Rio: Acessar notícia

CNN Brasil – Douglas Ruas anuncia mudanças na estrutura da segurança pública: aborda a proposta de reunir as polícias Civil e Militar sob uma Secretaria de Segurança Pública e reduzir o número de secretarias estaduais. Acessar notícia

CNN Brasil – Douglas Ruas anuncia primeiros secretários e defende teto de gastos: reúne os nomes de Maria Gabriela Bessa, Fernanda Louback e Anderson Monteze, além das propostas de equilíbrio fiscal. Acessar notícia

Agência Senado – Prioridades dos senadores eleitos: reúne posicionamentos sobre Judiciário, economia, segurança pública e royalties do petróleo, incluindo declarações de Carlos Jordy. Acessar notícia

Firjan – Carlos Portinho fala sobre os desafios da indústria: apresenta as pautas econômicas defendidas pelo senador, com destaque para infraestrutura e desenvolvimento da indústria fluminense. Acessar notícia

Folha de S.Paulo – Douglas Ruas é alvo de investigação: apresenta as apurações sobre suspeitas de peculato, lavagem de dinheiro, fraude em licitações e organização criminosa, além da manifestação da defesa. Acessar reportagem

CNN Brasil – Eduardo Paes pede ao TRE-RJ cassação da chapa de Douglas Ruas: apresenta os pedidos e as acusações formuladas pela coligação de Paes, ainda pendentes de análise judicial. Acessar reportagem

Minas Gerais & Espírito Santo

Lis Braz[27]

O presente boletim fecha o ciclo do monitoramento do processo eleitoral nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Com isso, será feito um balanço do segundo turno presidencial e estaduais dos estados, além de projeções possíveis para os mandatos de 2027 - 2030.

Elementos como a virada de Lula no segundo turno, a eleição de dois candidatos do Republicanos nos estados. A partir dos resultados, também será possível avaliar em que medida a nacionalização das disputas, mais evidente no segundo turno, alterou as estratégias dos candidatos e a composição de suas bases eleitorais.

Minas Gerais

Cleitinho (Republicanos) venceu no primeiro turno com 55,40% dos votos, com 7 p.p. a mais que Flávio Bolsonaro (PL). Patrus Ananias, do PT, também ficou atrás de seu candidato, com 17 p.p. abaixo de Lula (PT). Tal resultado encerra o ciclo do Novo e deixa de fora, novamente, um nome do PT no governo estadual. Na Assembleia, a coligação do governador elegeu somente 6 de 77 deputados. O Senado se comporá por dois nomes do PL, Domingos Sávio e Alex Diniz – sendo o suplente de Cleitinho – e Marília Campos (PT). O futuro governador segue construindo uma imagem de popular e profundamente humano, mais do que político, para o eleitorado. Ainda sim, com isso, em seu mandato, terá que cumprir as prioridades concretas já anunciadas: dívida, estradas, saúde e diálogo com o governo federal

[27] Graduanda de Ciências Sociais IFCS/UFRJ.

Em Minas, o principal desafio de Cleitinho será transformar a votação expressiva que recebeu em uma base de sustentação na Assembleia Legislativa. Sua coligação elegeu somente 6 dos 77 deputados, enquanto são necessários 39 para formar maioria. Embora PL, PSD, PP, União Brasil e Republicanos somem, em conjunto, uma quantidade suficiente de cadeiras para sustentar o governo, essa possibilidade depende de negociações e não representa, por si só, a formação de um bloco. A composição da Mesa Diretora e do secretariado será um primeiro indicativo da capacidade de articulação do governador eleito.

Um primeiro cenário possível é o de construção de uma maioria por meio de negociações com os partidos de centro e direita, especialmente PL e PSD. Nesse caso, Cleitinho teria condições de aprovar suas propostas, mas precisaria negociar apoio e espaço político com partidos aliados. O movimento também pode produzir um desgaste de sua imagem de candidato antissistema, já que a governabilidade exigiria justamente uma aproximação com as estruturas partidárias tradicionais. A eleição da Mesa e a distribuição das secretarias serão importantes para observar a direção dessas alianças.

Outra possibilidade é a manutenção de um governo com base parlamentar reduzida, sustentado pela popularidade pessoal do governador e por pautas de maior apelo eleitoral. Temas como a redução do IPVA, a valorização dos professores e o fim da escala 6x1 podem funcionar como instrumentos de aproximação com a população. Nesse cenário, o PT, com 15 deputados, tende a ocupar um espaço importante na oposição, enquanto a ausência de uma base formal pode tornar as votações mais imprevisíveis. A aprovação de medidas fiscais e a relação do governo com os vetos serão indicadores dessa dinâmica.

A situação da dívida estadual também será decisiva. Cleitinho já demonstrou interesse na revisão da dívida de Minas Gerais, estimada em cerca de R$ 200 bilhões, e afirmou que buscaria diálogo com Lula, apesar das diferenças políticas. Como a renegociação depende do governo federal, a relação com Brasília pode exigir uma postura pragmática. Uma aproximação com o Planalto permitiria avançar nas negociações, enquanto um confronto político, especialmente em temas como o STF e a escala 6x1, poderia dificultar a articulação. Esse cenário atravessa os anteriores, já que a capacidade de

negociação com o governo federal também pode influenciar a sustentação interna de Cleitinho.

Espírito Santo

No segundo turno, Lorenzo Pazolini (Republicanos) venceu a eleição. Embora Ricardo Ferraço (MDB) tenha crescido cerca de 200 mil votos em cima de seu oponente, perde com 47,83% a 52,17%. Depois do primeiro turno, PSD (partido do ex-governador do Estado Paulo Hartung) declarou apoio ao Pazolini e João Coser, presidente estadual do PT, por outro lado, indicou seu respaldo a Ferraco, por rejeição do adversário. Além disso, a coligação de Pazolini ocupa 9 de 30 de deputados na Assembleia, com o partido do derrotado, MDB sendo a peça decisiva para a maioria.

No Espírito Santo, o principal desafio de Pazolini será construir uma maioria na Assembleia. A margem relativamente apertada da vitória estadual e a diferença entre os resultados presidencial e estadual também indicam que o novo governador não poderá depender exclusivamente da mobilização do eleitorado bolsonarista.

Um primeiro cenário é o de ampliação da base por meio de uma aliança com partidos de centro-direita, especialmente Podemos, PP e União Brasil. Nesse caso, Pazolini poderia priorizar pautas de gestão e segurança pública, mantendo uma relação mais pragmática com os partidos e evitando que a agenda nacional determine integralmente as decisões do governo. A composição do secretariado e a distribuição dos espaços na Mesa Diretora serão os primeiros sinais de qual caminho será adotado.

Um segundo cenário envolve o fortalecimento do campo bolsonarista dentro do governo. A presença de um vice-governador do PL e a bancada de seis deputados do partido podem ampliar o peso da legenda nas decisões estaduais. Caso receba secretarias e cargos de maior importância, o PL poderá atuar como principal articulador da aproximação entre o governo estadual e a direita nacional. Nesse caso, a relação com o governo Lula será um dos pontos mais importantes de observação, sobretudo em convênios, repasses e negociações com Brasília. A aproximação pode trazer ganhos políticos para Pazolini, mas

também limitar sua capacidade de dialogar com setores que não se identificam diretamente com o bolsonarismo.

Um terceiro cenário é o de uma oposição com capacidade de pressão, mas sem força suficiente para bloquear o governo. MDB, PSB e PT somam dez deputados, o que permite organizar uma atuação conjunta em determinadas pautas, embora não seja suficiente para impedir a formação de maiorias. Casagrande também permanece como uma liderança política importante para esse campo, especialmente pela estrutura construída durante seus governos. Nesse contexto, a posição do MDB será decisiva: caso o partido opte por integrar a base, Pazolini terá maior facilidade para governar; caso permaneça na oposição, poderá enfrentar uma Assembleia mais disputada.

Resultado eleitoral e a nacionalização das disputas

A hipótese de que os candidatos evitariam a polarização nacional no primeiro turno, mas se aproximariam dela no segundo, se confirma parcialmente. A nacionalização aparece com mais clareza nas alianças e na organização das campanhas, sobretudo no Espírito Santo, onde Pazolini reuniu o apoio do PL e de Flávio Bolsonaro. Em Minas, Cleitinho também tem a possibilidade de ampliar sua projeção nacional a partir do governo estadual. Entretanto, os resultados não indicam que a escolha presidencial tenha determinado diretamente o voto para governador. Nos dois estados, há diferenças entre o desempenho dos candidatos nas disputas, o que aponta para a permanência de dinâmicas estaduais próprias.

No Espírito Santo, essa diferença aparece de maneira expressiva. Flávio Bolsonaro recebeu 56,37% dos votos válidos, enquanto Pazolini terminou com 52,17%. Na direção contrária, Lula obteve 43,63%, percentual inferior aos 47,83% de Ferraço. A distância entre os candidatos estaduais também diminuiu consideravelmente entre os turnos. Ferraço ampliou sua votação, enquanto Pazolini cresceu em proporção menor. Assim, mesmo com a nacionalização da campanha e a consolidação do apoio da direita nacional, uma parcela do eleitorado não acompanhou a mesma preferência nas duas disputas.

O cruzamento dos resultados municipais ajuda a compreender essa diferença. Em 76 dos 78 municípios, Pazolini obteve uma porcentagem inferior à de Flávio Bolsonaro. A associação entre as duas votações é forte, assim como a

relação inversa entre Pazolini e Lula. Ainda assim, a votação de Flávio não foi integralmente transferida ao candidato do Republicanos. Na Grande Vitória, ambos tiveram a mesma participação nos votos válidos, de 52,2%. No interior, entretanto, Flávio alcançou 57,1%, enquanto Pazolini ficou em 47,3%. A diferença indica que, apesar da unidade construída entre PL e Republicanos, Pazolini não conseguiu reunir todo o eleitorado de direita, especialmente fora dos principais centros urbanos.

As exceções também são significativas. Em Vitória, Pazolini obteve 115.011 votos, contra 103.461 de Flávio, o que indica a existência de um voto pessoal associado à sua experiência como prefeito. Na Serra, também superou a votação presidencial. Por outro lado, em municípios como Linhares e Colatina, os resultados das duas disputas se aproximaram, com vitórias tanto de Flávio quanto de Pazolini. A nacionalização, portanto, parece ter contribuído para consolidar uma base eleitoral comum, mas não eliminou as particularidades locais.

Ferraço, por sua vez, demonstra maior capacidade de dissociar a disputa estadual da polarização nacional. Venceu municípios nos quais tanto Lula quanto Flávio foram os candidatos presidenciais mais votados. Entre os exemplos estão São Mateus, onde Lula obteve 53% e Ferraço 58%, e Cachoeiro de Itapemirim, onde Flávio chegou a 67%, mas Ferraço venceu com 51%. Também em Cariacica e Barra de São Francisco, municípios nos quais Flávio teve maioria, Ferraço conseguiu superar Pazolini. Esse movimento sugere que sua candidatura não dependia exclusivamente de uma identificação ideológica, mas também de articulações políticas regionais, da continuidade administrativa do governo Casagrande e de sua própria trajetória no estado.

A distribuição territorial dos resultados também aponta para diferenças entre as bases eleitorais. Pazolini venceu em quatro das cinco cidades da Grande Vitória presentes no levantamento — Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Guarapari —, com exceção de Cariacica. Ferraço, entretanto, teve presença expressiva no interior, especialmente no norte e em partes do sul capixaba. Isso não significa que sua força esteja restrita aos municípios menores, uma vez que também venceu em cidades importantes, como Cachoeiro de Itapemirim e Cariacica. A votação de Ferraço em Cachoeiro, em particular, evidencia a

importância de sua inserção regional, mesmo diante de uma votação presidencial fortemente favorável a Flávio.

Dessa forma, a nacionalização parece ter organizado os partidos e reforçado a identificação entre as candidaturas de direita, mas não foi suficiente para determinar o comportamento do eleitorado em todas as disputas. Pazolini conseguiu se beneficiar da unidade do campo bolsonarista, enquanto Ferraço preservou uma candidatura estadual com maior autonomia em relação aos polos nacionais. Os resultados municipais demonstram essa associação territorial, mas não permitem afirmar que os mesmos eleitores tenham feito escolhas diferentes entre presidente e governador. Para isso, seriam necessários dados individuais ou pesquisas específicas de transferência de votos.

Considerações finais

Os resultados eleitorais de Minas Gerais e do Espírito Santo apresentam dois governos do Republicanos, mas com condições políticas bastante diferentes. Cleitinho chega ao governo mineiro com uma votação expressiva e uma base parlamentar reduzida, o que torna a negociação com os partidos uma condição importante para a governabilidade. Pazolini, por sua vez, assume o governo capixaba com uma margem menor de votos e também precisará ampliar sua base, tendo o MDB como uma das peças centrais dessa articulação.

Minas continuará ocupando uma posição importante como termômetro eleitoral nacional, tanto pelo peso de seu eleitorado quanto pela relação entre o governo estadual e a renegociação da dívida com Brasília. No Espírito Santo, o principal ponto de atenção será a relação entre um governo de direita e o presidente reeleito, especialmente diante da nacionalização que marcou o segundo turno. O acompanhamento dos próximos anos deverá observar não apenas a formação das bases parlamentares, mas também até que ponto os governadores conseguirão manter suas agendas estaduais diante das disputas e alianças nacionais. Por fim, com a eleição de dois governadores do Republicanos, próximos da direita nacional, para manter a governabilidade, haverão de recorrer ao pragmatismo federativo, vide a reeleição de Lula, do campo oposto. Para a resolução de dívidas, obras, repasses e políticas públicas, será necessário o

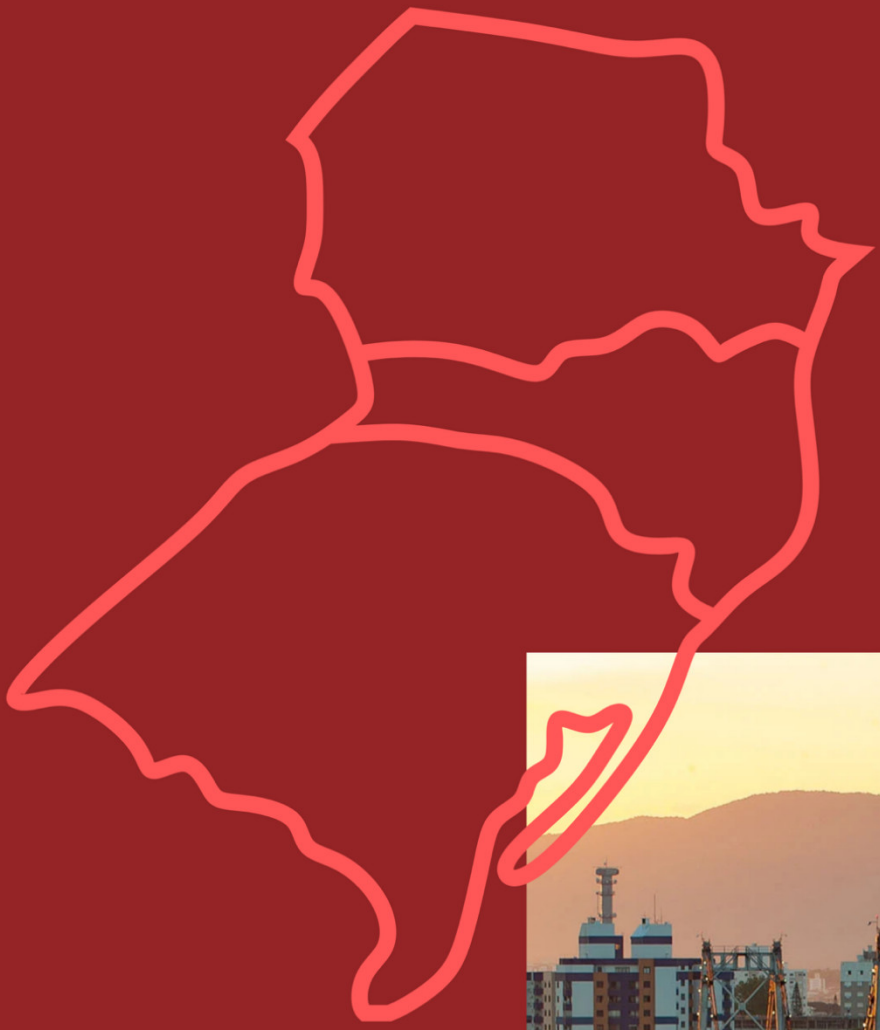
trabalho conjunto entre figuras tradicionalmente localizadas à esquerda e à direita.

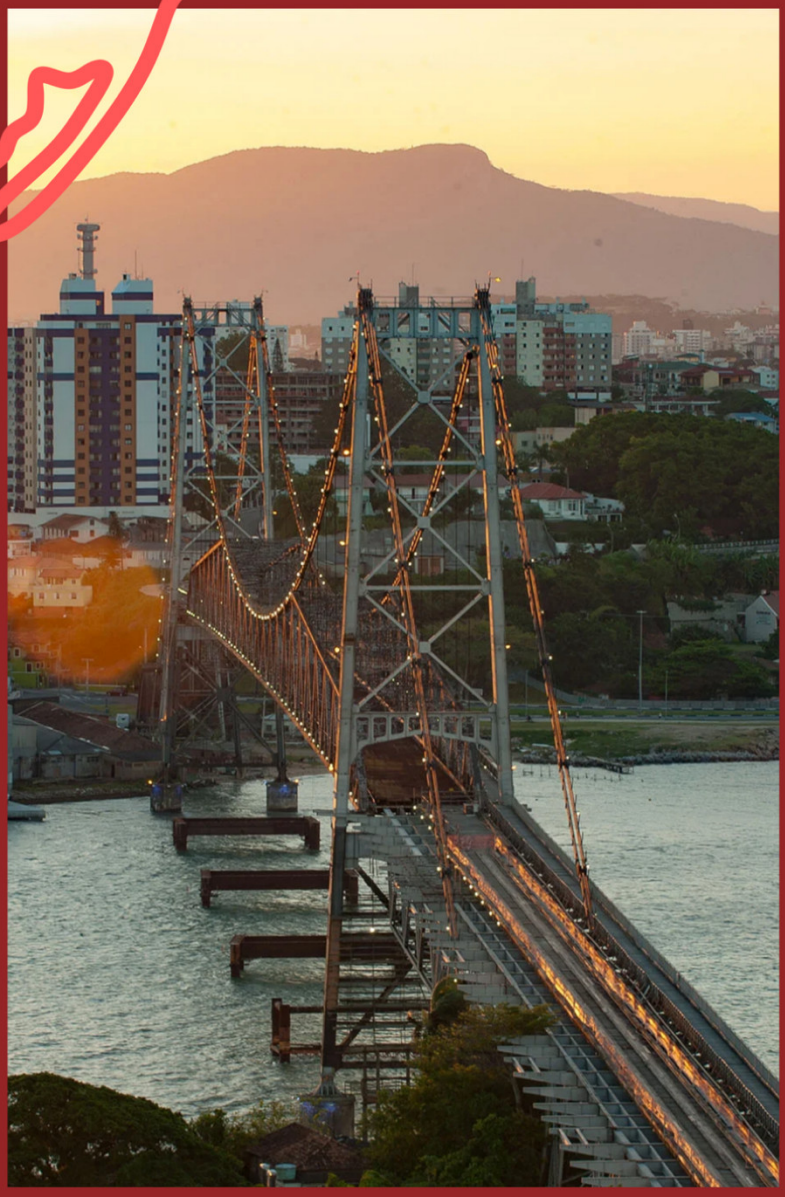
Fontes

https://www.edelman.com/sites/g/files/aatuss191/files/br/2026-10/2026.10.25%20-%20Resultado%202%C2%BA%20Turno%20-%20Elei%C3%A7%C3%B5es%20Majorit%C3%A1rias-combinado.pdf
https://hubpolitico.com.br/perfil/lorenzopazolini/analises/eleicao-2026
https://www.folhavitoria.com.br/eleicoes/os-mapas-do-voto-no-es-como-o-capixaba-votou-nas-eleicoes-de-2026
https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2026/minas-gerais/filiado-ao-pl-saiba-quem-e-alex-diniz-suplente-que-se-tornara-senador-apos-vitoria-de-cleitinho/
https://www.agazeta.com.br/colunas/leticia-goncalves/presidente-estadual-do-pt-declara-apoio-a-ricardo-ferraco-no-2-turno-1026
https://www.folhavitoria.com.br/politica/apos-votacao-do-1o-turno-psd-declara-apoio-a-pazolini-escutando-as-urnas/

REGIAO

SUL





Ponte Hercílio Luz, Florianópolis

Sul

Sabryna Grasielly[28]

O presente boletim tem como objetivo sintetizar os cenários pós-eleitorais da Região Sul do país, respectivamente, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Considerando os resultados das eleições e suas possíveis implicações para os próximos ciclos políticos. O prognóstico geral é de predominância da extrema-direita bolsonarista, mas acompanhada de pequenos espaços de disputa para o campo progressista. Este boletim foi elaborado a partir do monitoramento de veículos de imprensa nacionais e regionais e informações periodicamente publicada pelos partidos político e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Paraná

As eleições de 2026 no Paraná consolidaram o avanço da extrema-direita bolsonarista com a vitória de Sergio Moro (PL) com 50,10% para o governo do estado ainda no primeiro turno. Sandro Alex (PSD) ficou em segundo lugar com 25,37%. A eleição de Moro representa a chegada do Partido Liberal ao comando do Palácio Iguaçu.

As duas vagas em disputa no Senado Federal também confirmaram um forte alinhamento com o campo conservador com a eleição de Filipe Barros (PL) com 27,25% e Deltan Dallagnol (Novo) com 24,14%. Seguido de Alexandre Curi (Republicanos) que ficou em terceiro lugar com 16,85%, Gleisi Hoffmann (PT) com 13,35% e Dr. Rosinha (PT) com 9,99%. O resultado garante ao Partido Liberal ampla vantagem nesta casa, visto que as candidaturas de esquerda não conseguiram furar a bolha do campo conservador.

[28] Graduanda em Ciência Política - UNIRIO

Para Câmara dos Deputados, o Paraná elegeu, 30 deputados federais. O PT preservou sua presença na representação federal, conquistando 5 cadeiras e elegendo Ana Júlia, Zeca Dirceu, Renato Freitas, Carol Dartora e Arilson Chiorato. O resultado se igualou as cadeiras conquistas pelo PL. O Novo, PSD, e PP conquistaram 4 cada; União, Republicanos e Podemos com 2 e por fim PV e MDB 1 cada. Esses resultados evidenciam que o campo progressista conseguiu representação mesmo diante da força eleitoral que o bolsonarismo conquistou ao longo dos últimos anos no estado.

Para a Assembleia Legislativa (ALEP), foram definidos 54 deputados estaduais. O PL e PSD elegeram as maiores bancadas, ambos com 14 cadeiras, seguido do PT com 8 e PP com 6 cadeiras. Novo, Podemos e Republicanos com 3, MDB com 2 e por fim, PDT com 1 cadeira.

No 1º turno das disputas presidências Flávio Bolsonaro (PL) obteve 59,91% contra 31,20% de Lula (PT) dos votos válidos do estado, e no 2º turno, Flávio conquistou 62,58% e Lula 37,42%. O progresso do atual presidente foi de 6%, o dobro em relação ao opositor, esse aumento deve-se a expansão de manifestações pró-Lula que ocorreram em todo o país. No estado, os paranaenses se mobilizaram nas ruas em cerca de 30 cidades na reta final das campanhas para as eleições de segundo turno. As ações reuniram milhares de apoiadores apesar das chuvas fortes. Na capital Curitiba, mais de 500 carros percorreram cerca de 10 quilómetros, saindo do Parque Barigui até a Praça Nossa Senhora de Salete.

O governador eleito, Sergio Moro, se manifestou nas redes sociais sobre a vitória de Lula, segundo o ex-juiz, a maioria dos paranaenses se posicionou contra Lula, mas que o resultado não foi que esperava, e que há questionamentos da oposição que precisam ser esclarecidos, mas que seguiria firme na defesa do Brasil e nos seus valores. Esse quadro, sugere-se que o governo estadual deve a princípio tentar se afastar do governo federal, visto que Moro é declaradamente hostil ao presidente Lula. No entanto, o governo estadual em 2027 dependerá do apoio do governo federal em diversos aspectos, mas principalmente em infraestrutura, saúde e adaptação climática visto que o estado vem sofrendo diversos desastres. Nesse sentido, o cenário sugere que o governador eleito coercitivamente terá de ter uma boa relação institucional com o presidente eleito.

O primeiro nome confirmado pelo governo de transição é Priscila Santana, economista e gestora pública, foi selecionada para ocupar a Secretária de Estado da Fazenda. Essa indicação, sugere o governo em 2027 será mais pautado por critérios de especialização e decisões fundamentais em conhecimento científico. Além disso, a trajetória de Moro demonstra uma maior atenção a pautas relacionadas a segurança pública e durante sua campanha, uma de suas propostas foi a criação de forças-tarefas similar a Operação Lava Jato. Nesse sentido, suas ações indicam uma tendência de priorização da segurança pública na agenda governamental.

Rio Grande do Sul

O resultado das eleições de 2026 no Rio Grande do Sul evidencia a expressiva presença da extrema-direita bolsonarista. A disputa pelo governo estadual foi definida ainda no primeiro turno, com a eleição de Luciano Zucco (PL), que obteve 58,05% dos votos válidos, enquanto Juliana Brizola (PDT) alcançou 31,65% dos votos válidos. O resultado definiu a eleição estadual sem necessidade de segundo turno e colocou o Partido Liberal à frente do executivo gaúcho a partir de 2027.

As duas vagas em disputa no Senado Federal foram conquistadas também por candidatos desse mesmo espectro político: Ubiratan Sanderson (PL), eleito com 30,11% dos votos válidos e Marcel van Hattem (Novo) com 30,08%. Na sequência, ficaram Manuela D'Avilla (PSOL) com 17,07% e Paulo Pimenta (PT) com 16,31%. A votação indica que candidaturas de esquerda até tiveram presença relevante nas eleições, mas não conseguiram transformar esse desempenho em representação nesta casa.

Para Câmara dos Deputados, o Rio Grande do Sul, elegeu 31 deputados federais. O PL elegeu a maior bancada com 8 cadeiras, seguido pelo PT com 5, PP com 4, MDB com 3, PSD, PDT, Republicanos com 2. E por fim, PSOL, PCdoB, Novo, União Brasil com 1 cadeira cada. O resultado demonstra uma forte participação de partidos de direita e extrema-direita bolsonarista, mas também a presença do campo progressista.

Para a Assembleia Legislativa (ALRS) foram definidos 55 deputados estudais. O PL elegeu a maior bancada com 12 cadeiras, seguido pelo PT com 9,

PP com 7, MDB e PSD com 5, PDT e Republicanos com 4, PSOL com 3 e o Podemos com 2. Por fim, União, Novo, PSDB, PCdoB com 1 cadeira cada.

No 1º turno das disputas presidências Flávio Bolsonaro (PL) obteve 55, 64% contra 35,73% de Lula (PT) dos votos válidos do estado, e no 2º turno, Flávio conquistou 57,84% e Lula 42,16%. O maior rendimento do petista, possivelmente deve-se aos investimentos do governo Lula na reconstrução das cidades pós enchentes. Somente no projeto Minha Casa, Minha Vida foram disponibilizados R$ 3,5 bilhões em créditos extraordinários. Além das diversas manifestações Pro-Lula que ocorreu em todo o território brasileiro. No Rio Grande do Sul, manifestantes foram as ruas em Pelotas, Santa Maria e Porto Alegre. Especificamente na capital, a caminhada do presidente reuniu cerca de 200 mil pessoas, segundo estimativa das organizações é uma das maiores mobilizações da política recente da cidade. Além disso, vale acrescentar que fora do Nordeste, Porto Alegre foi a capital em que Lula obteve o maior percentual de votos válidos no segundo turno, o que sugere há espaços para o campo progressista crescer no estado nos próximos ciclos políticos.

O governador eleito, Luciano Zucco (PL) se manifestou nas redes sociais sobre o resultado das eleições presidências, lançando suspeitas sobre o desfecho, sem apresentar elementos que sustentem os questionamentos e não reconheceu a vitória de Lula. Afirmou também que trabalharia diante de qualquer presidente da República, mas que teria posições políticas claras e não abriria mão delas. No entanto, o Rio Grande do Sul dependerá imensamente do apoio e contribuição do governo federal, como por exemplo na negociação da volta do pagamento das parcelas da dívida com a União, a prorrogação de prazo para investir os recursos do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), e a renegociação das dívidas dos produtores rurais. Nesse sentido, apesar das declarações inamistosas, Zucco obrigatoriamente deverá em 2027 manter uma boa relação institucional com o governo federal, visto que o estado possui uma grande dependência estrutural, principalmente na situação financeira e na adaptação climática ao fenômeno El Niño previsto com volumes de chuvas acima da média histórica durante o trimestre inicial de 2027.

Santa Catarina

As eleições de 2026 em Santa Catarina consolidou a permanência da extrema-direita bolsonarista no estado. Na disputa pelo governo estadual, Jorginho Mello (PL) foi reeleito governador de Santa Catarina ainda no primeiro turno com 68,98% dos votos válidos, seguido de Gelson Merisio (PSD) com 15,66%. A vitória expressiva de Mello garantiu a continuidade do Partido Liberal ao comando da Casa d'Agronômica.

As duas vagas em disputa no Senado Federal também foram conquistadas por candidatos do PL, Carol de Toni, eleita com 33,46% dos votos válidos e Carlos Bolsonaro com 25,35%, ambos terão seu primeiro mandato como senadores. Seguido de Esperidião Amin (PP) com 15,31% e Décio Lima (PT) com 10,22%. Esse resultado garantiu ampla consolidação da extrema-direita bolsonarista no estado, impossibilitando que candidaturas progressistas tivesse margem de disputa nessa casa.

Para Câmara dos Deputados, Santa Catarina elegeu 16 deputados federais. O PL elegeu a maior bancada com 7 parlamentares, seguido pelo PT com 2, MDB, Novo, PCdoB, PSD, PP, Podemos e Republicanos 1 cada.

Para a Assembleia Legislativa (ALESC) elegeu 40 deputados estaduais. o PL elegeu também a maior bancada com 11 cadeiras, seguido pelo MDB com 6, PT com 4, Podemos, PP, PSD e União Brasil com 3, PSDB com 2. Por fim, Novo, PDT, PSOL, PTB e Republicanos com 1 cadeira cada.

No 1º turno das disputas presidências, Flávio Bolsonaro (PL) obteve 66,65% contra 25,04% de Lula (PT) dos votos válidos do estado e no 2º turno, Flávio conquistou 69,42% e Lula 30,58%. Santa Catarina foi o estado da Região Sul que apresentou o maior percentual de apoio a Flávio Bolsonaro, resultado que evidencia a força eleitoral da extrema-direita bolsonarista. Apesar disso, Lula conseguiu ampliar sua votação no segundo turno, possivelmente causado pelas grandes manifestações Pro-Lula que foi capaz de furar minimamente a bolha conservadora do estado e conquistar alguns eleitores catarinense que não se identifica com o lulismo, mas possui aversão ao bolsonarismo.

O governador reeleito, Jorginho Mello (PL) se manifestou nas redes sociais sobre o resultado das eleições presidências, reconhecendo o resultado das urnas e defendendo a pacificação do país. Dos três candidatos aos governos estaduais

da Região Sul, Mello foi o mais cordial, segundo ele: "Não é a hora de aprofundar feridas, mas sim de curá-las. E continuarei defendendo os interesses de Santa Catarina, respeitando as instituições e o resultado das urnas". Além da declaração pacífica, o governo estadual pretende em 2027 concluir as obras da BR-470 e BR-280 que prever um investimento federal ampliado para R$ 110 milhões para cada obra. Bem como, altos investimentos para emergências climáticas, visto que Santa Catarina enfrenta episódios recorrentes de enchentes, principalmente no Vale do Itajaí que é uma das áreas que mais sofre com chuvas fortes. Esse cenário, sugere que a relação do governo estadual e governo federal deve ser de estabilidade, similar ao mandato 2022-2026 de ambos os governantes.

Considerações finais

De modo geral, a extrema-direita bolsonarista cresceu fortemente na Região Sul nas eleições de 2026. No Paraná, Sergio Moro (PL) levou o pleito com 50,10%, no Rio Grande do Sul, Luciano Zucco (PL) venceu com 58,05% e em Santa Catarina, Jorginho Mello (PL) foi reeleito com 68,98%. Entretanto, esse cenário não representa a ausência de espaços para o campo progressista, mesmo diante da predominância da extrema-direita bolsonarista, Lula conseguiu ampliar sua votação entre os turnos em todos os estados, demonstrando que existe um eleitorado que permanece aberto a alternativas políticas fora do bolsonarismo. Por fim, a eleição de Moro, Zucco e Mello, todos filiados ao Partido Liberal, alinhados à oposição, tendem a tornar a articulação política com o governo Lula mais desafiadora. A tendência é que esses governadores mantenham divergências políticas em pautas nacionais e até dificultem algumas negociações, no entanto, a dependência de todos os estados dos recursos e investimentos federais, criaram em 2027 espaço para negociação e cooperação institucional. Principalmente, o Rio Grande do Sul, que ainda sofre com as enchentes de 2024 e necessita de altos recursos para enfrentar as crises climáticas de 2027. Esse cenário exigirá do presidente Lula maior capacidade de articulação e negociação, buscando construir alianças e acordos que favorecem a população e evitar que divergências partidárias comprometam a implementação de políticas públicas nos estados.

Referências

https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/129289/flavio-bolsonaro-venceu-eleicao-presidencial-no-parana
https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/apuracao/1turno/votos-por-estado/pr/senador/
https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/conheca-54-parlamentares-vao-representar-paranaenses-assembl
https://www.band.com.br/politica/eleicoes/veja-o-resultado-completo-das-eleicoes-2026-no-parana?
https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/futuro-seguranca-publica-projetos-que-moro-tera-tirar-papel-proximos-quatro-anos/
https://www.bemparana.com.br/noticias/politica/pricilla-santana-secretaria-moro-fazenda/
https://www.tre-rs.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/zucco-e-eleito-o-governador-do-rio-grande-do-sul
https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2026/apuracao/1turno/rs/deputado-estadual.shtml
https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/veja-os-31-deputados-federais-eleitos-pelo-rio-grande-do-sul/
https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/129277/flavio-bolsonaro-venceu-eleicao-presidencial-no-rio-grande-do-sul
https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/mcmv-reconstrucao-1/mcmv-reconstrucao-rs
https://www.brasil247.com/sul/ato-de-lula-em-porto-alegre-reuniu-cerca-de-200-mil-pessoas-dizem-organizadores/#google_vignette
https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2026/10/dividas-reconstrucao-e-br-290-as-prioridades-de-zucco-na-relacao-com-o-governo-federal
https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2026/noticia/2026/10/04/resultado-votacao-senado-santa-catarina-2026.ghtml
https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2026/noticia/2026/10/04/jorginho-mello-pl-reeleito-governador-de-santa-catarina.ghtml
https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/conheca-os-16-deputados-federais-eleitos-por-santa-catarina-em-2026/
https://www.alesc.sc.gov.br/radio/noticia/conheca-os-40-deputados-estaduais-eleitos-no-domingo-2-para-a-alesc/
https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2026/noticia/2026/10/29/jorginho-mello-fala-apos-eleicoes-carta-flavio.ghtml
https://www.nsctotal.com.br/colunista/saavedra/duplicacoes-de-duas-rodovias-federais-em-sc-tem-previsao-de-r-220-milhoes-para-2027